

Antigos Soldados, Novos Cidadãos: A Reintegração dos Desmobilizados de Maputo

João Paulo Borges Coelho¹

*Departamento de História
Universidade Eduardo Mondlane*

1. Introdução

A partir de finais dos anos setenta Moçambique foi assolado por uma guerra interna que viria a durar mais de uma década. Devastadora e violenta, esta guerra alastrou progressivamente por todo o território, afectando – embora de forma desigual – a generalidade da população, desintegrando a sociedade moçambicana de uma maneira sem precedentes.

Em Outubro de 1992 foi assinado em Roma um acordo que estabeleceu o cessar-fogo e os mecanismos para pôr fim ao conflito.

¹Uma versão reduzida e editada deste texto está em processo de publicação, no âmbito do projecto “Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique”, resultante de uma colaboração entre o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e sob a coordenação do Professor Boaventura de Sousa Santos e do doutor João Carlos Trindade. Agradeço ao Refugee Studies Programme, da Universidade de Oxford, que enquadrou institucionalmente a pesquisa de campo cujos dados alimentam este estudo, e à USAID/Maputo, que financiou essa pesquisa. Agradeço igualmente aos assistentes de pesquisa Pedro Mutondo, João Graziano Pereira, Jeremias André, Adriano Malache e Boaventura Massaiete. Importantes foram também as contribuições de Tom Pardoel (chefe da Unidade Técnica da ONUMOZ), Célia Jordão (OIM/Moçambique), Sam Barnes (consultora do PNUD), Berta Fumo (GTZ/ Moçambique), Barbara Harrell-Bond (Refugee Studies Programme/Univ. Oxford), Alex Vines (Human Rights Watch) e Tim Born e Jack McCarthy (USAID/Maputo).

Em menos de vinte anos era a segunda vez que uma guerra chegava ao fim no país.

Quando as guerras terminam, o maior desafio consiste em proceder a várias reconciliações aos diferentes níveis da sociedade dividida pelos múltiplos aspectos do conflito. Uma das mais importantes diz respeito ao processo que conduz à “desactivação” dos militares que anteriormente se defrontavam.

Algumas importantes diferenças caracterizaram o final dos dois conflitos moçambicanos recentes a este respeito. A luta nacionalista contra o colonialismo português, concluída com a vitória de uma das partes, levou à integração dos guerrilheiros da Frelimo – aclamados socialmente como heróis – deixando de lado um imenso contingente de militares moçambicanos que haviam lutado do lado das forças coloniais. Estigmatizados por uma nova sociedade politicamente muito coesa e definida, estes moçambicanos “dissolveram-se” no tecido social da região, reintegrando-se silenciosamente ou atravessando fronteiras em busca de outros lugares².

Pelo contrário, a resolução do segundo conflito baseou-se na tentativa de reintegração das duas forças contendoras. Decorridos alguns anos sobre esse processo, o presente trabalho pretende avaliar, com base num conjunto de entrevistas, como ocorreu a reintegração dos combatentes nas comunidades da província e cidade de Maputo.

a) Contexto dos Programas de Desmobilização e Reintegração de Combatentes

Para alguns, o final da Guerra Fria e da sua ordem bipolar permitiu a multiplicação dos conflitos regionais e locais – velhos conflitos contidos até então por uma lógica de equilíbrio que os transcendia mas *domesticava*; novos conflitos despoletados pelas reconfigurações em cascata que o final da velha ordem suscitou (Enzensberger 1998). Porém, tal não significa que as velhas lógicas globais tenham cedido o seu lugar em favor de um espaço mundial “anárquico” onde cada

² Está por estudar em que medida é que este fenómeno – que podemos considerar de “não-reintegração” – contribuiu para alimentar o conflito que se iria seguir.

conflito localizado encontra pleno espaço de desenvolvimento. Pelo contrário, são cada vez mais claros os contornos de um novo quadro em que entidades globais procuram regular esses conflitos e, mesmo, impor de forma padronizada um *modus operandi* para a sua solução.

A Organização das Nações Unidas é sem dúvida o exemplo mais puro de entidade global neste sentido e a sua vocação mediadora e interventora está patente no desenvolvimento de um parafernália de conceitos relativos à resolução de conflitos quando falha a chamada diplomacia preventiva, que inclui, entre outros, o “estabelecimento da paz” (*peace-making*) e a “manutenção da paz” (*peace-keeping*) para interromper os conflitos, e a “construção da paz” (*peace-building*), que visa “identificar e apoiar estruturas que tenderão a reforçar e solidificar a paz de forma a impedir um regresso ao conflito” (United Nations 1992; United Nations 1995a).

A desmobilização e reintegração de ex-combatentes inscreve-se nessa categoria de Operações de Manutenção da Paz (OMPs, ou PKOs, do acrónimo inglês de *peace-keeping operations*) que se generalizaram na década de noventa³. Em síntese, as OMPs podem ser caracterizadas como operações através das quais a “comunidade internacional”, numa acção coordenada pelas Nações Unidas, procura dirigir transformações sócio-económicas e políticas à escala global – na Ásia, na América Latina e, particularmente, em África, para não mencionar algumas excepções europeias – visando mediar o estabelecimento da paz em situações de pós-conflito. Como parte consistente das OMPs, a desmobilização e reintegração de ex-combatentes recebeu mesmo um acrónimo próprio, o de PDRs (ou, no acrónimo inglês, DRPs, de *demobilisation and reintegration programmes*).

As OMPs, devido à sua forte componente exógena (são por norma desenhadas por funcionários internacionais), tendem a variar pouco de caso para caso, pelo menos no tocante aos seus aspectos de estratégia e concepção mais fundamentais e mesmo que por vezes se observem

³ Na verdade, as OMPs das Nações Unidas existem desde 1948, mas a partir de 1988 multiplicaram-se enormemente e adquiriram um perfil “pós-Guerra Fria”, que alargou “o âmbito do envolvimento da ONU em matérias anteriormente consideradas como fazendo essencialmente parte da jurisdição doméstica dos seus Estados-membros”. Ver Berdal 1993.

alguns esforços para ter em conta dinâmicas indígenas. Consequentemente, os PDRs, como componentes das OMPs, apresentam, entre si e por definição, mais semelhanças do que diferenças. Basicamente, todos têm como fases principais a separação, acomodação, desarmamento, desmobilização e reintegração na vida civil das tropas que anteriormente se combatiam. As semelhanças derivam pois da lógica mais fundamental dos PDRs, a de dismantelar exércitos anteriormente opostos de forma a que eles deixem de representar uma ameaça aos processos de transição para a democracia geridos pelas OMPs. Adicionalmente, é interessante observar que tais processos de transição têm ocorrido em paralelo com a implementação das políticas de ajustamento estrutural do Banco Mundial, que incluem entre os seus objectivos a redução do papel do Estado na sociedade e na economia. Diminuir o tamanho dos exércitos é, obviamente, um passo importante para aliviar o fardo que o Estado tem com as despesas militares.

Os programas das OMPs das Nações Unidas têm componentes civil e militar. Em situações de guerra civil, em que a paz é resultado de negociações e do envolvimento das Nações Unidas, tais programas envolvem frequentemente a criação de uma nova força militar nacional recrutada a partir dos exércitos anteriormente opostos. Aqueles que não transitam para o novo exército nacional são desmobilizados e regressam às suas casas, esperando-se que se transformem em (ou voltem a ser) cidadãos. Os programas de desmobilização e reintegração para esses homens e mulheres “excedentários” visam assegurar que eles sejam capazes de garantir a sua subsistência, e das suas famílias, no quadro da economia nacional. Um objectivo importante, como se disse, consiste em garantir que esses ex-combatentes nunca mais sejam tentados a voltar a pegar em armas. Idealmente, eles perderão a sua identidade de soldados e tornar-se-ão cidadãos.

As OMPs são implementadas, como se disse, como um conjunto de pacotes normalizados dos quais fazem parte os PDRs e que têm que ser executados de acordo com um calendário estrito. Interromper ou atrasar qualquer dos pacotes pode pôr em perigo toda a OMP.

A implementação dos pacotes requer o acordo inicial das partes envolvidas. Quando ele é atingido, os primeiros passos da desmobilização envolvem a separação das forças por meio da colocação

de uma força militar de interposição das Nações Unidas. Em seguida, procura-se estabelecer o número de soldados de ambas as partes para serem confinados em centros de acantonamento. Os soldados têm de ser transportados de onde estão estacionados para esses centros. À sua chegada são desarmados, registados, e aqueles que não transitarão para o novo exército são preparados para a desmobilização.

Enquanto estão nos centros, os combatentes a desmobilizar beneficiam de vários programas de apoio que têm por objectivo prepará-los para a vida civil. Tais programas incluem alimentação, vestuário, exames médicos, educação básica, actividades de tempos livres e orientação no processo de adaptação à vida civil (incluindo aconselhamento financeiro, formação cívica, actividades de rendimento para os soldados e esposas), assistência às crianças-soldados, recenseamento e preparação da documentação individual civil⁴.

O passo seguinte consiste em transportar os desmobilizados para casa, depois de lhes ter sido fornecido um pacote de benefícios para facilitar a sua reintegração na vida civil. Tal pacote inclui normalmente alguns alimentos, roupas civis e informações sobre as condições no distrito para onde vão residir, assim como documentação para que eles possam receber a primeira parte de um subsídio que se destina a mantê-los e às suas famílias até que consigam uma ocupação ou emprego. Uma função importante destes subsídios é manter os desmobilizados no local para onde foram residir, uma vez que só aí podem aceder a eles.

Logo que os centros de acantonamento são desactivados e o país goza de um período de calma que permita a realização de campanhas políticas, podem ter lugar eleições multipartidárias com observação internacional. Realizadas estas, termina o papel das Nações Unidas e, em teoria, o novo governo eleito assume as suas responsabilidades, incluindo as de concluir o PDR. Na prática, o processo de reintegração continua a ser controlado por actores internacionais no quadro da premissa que, sem assistência financeira externa a reintegração poderá estagnar e dar lugar a uma situação de retorno à guerra. Uma vez que os doadores internacionais se mostram relutantes em fornecer essa

⁴Para mais detalhes ver, entre outros, Ball 1997: 88; Alden 1996; Cock (s/d); Kingma 1996.

assistência bilateralmente, os PDRs acabam por ser implementados por organizações inter-governamentais (OIGs) e não-governamentais (ONGs).

É um truísmo dizer-se que a assistência internacional beneficia tanto doadores como beneficiários. Não é invulgar que um doador coloque como condição que seja uma ONG da sua escolha a implementar os projectos por ele financiados (Clark 1996: 20). O PDR é assim encarado não como complexo processo social mas como fórmula mecânica que negligencia o facto que cada um dos seus passos envolve negociações políticas intensas e difíceis entre as partes. Uma das ficções dessa fórmula é que os ex-combatentes retornam a comunidades estáveis onde são bem recebidos por parentes e vizinhos.

No final, os processos de transição que as OMPs procuram regular são caracterizados por uma dupla e permanente tensão: por um lado, e precisamente porque são complexos processos sociais e políticos (e não meros programas de paz a implementar), não podem ser inteiramente integrados e “esquartejados” em planos de acção; por outro, eles resultam do encontro entre as suas dinâmicas interna e externa – a pressão exercida pelos actores externos, em particular pelas Nações Unidas, que estabelece um amplo denominador comum entre os diferentes OMPs e PDRs, contra as dinâmicas políticas e militares internas que impõem a especificidade de cada caso.

Quando bem sucedidos, como no caso moçambicano, os PDRs atingem a fase final (a fase aberta e relativamente demorada da reintegração dos soldados desmobilizados), quando as OMPs estão a chegar ao seu termo e, portanto, numa altura em que a componente externa do processo de transição se prepara para sair de cena, mesmo se garantindo a continuidade da sua participação por outros meios ou formatos, como se referiu. As OMPs e os PDRs não coincidem totalmente no tempo: no caso de Moçambique, a ONUMOZ (a OMP moçambicana) foi formalmente concluída pelas eleições multipartidárias de Novembro de 1994, numa altura em que o PDR estava a entrar na sua última e talvez mais importante fase, a da reintegração dos soldados desmobilizados.

As OMPs são dirigidas por órgãos das Nações Unidas, particularmente o Conselho de Segurança e o Secretário Geral, e podem ser moldadas por acordos com as forças internas dos países que as

recebem. O seu início e termo são determinados pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Assim, se a OMP é um conceito formal de definição relativamente fácil, o mesmo está longe de ocorrer com a desmobilização e reintegração dos ex-combatentes, um conceito mais ambíguo no qual um dos componentes, a reintegração, só em parte – uma pequena parte – recai no interior do PDR formal. Os programas de reintegração da OMP podem sugerir direcções para a reintegração. Negociações consecutivas e a disponibilização de fundos podem reforçar tais direcções. Contudo, tais intervenções têm um limite e, em última instância, a reintegração dos soldados desmobilizados acaba por depender do sucesso das políticas, economia (incluindo disponibilidade de empregos) e estabilidade nacionais.

b) A Desmobilização em Moçambique

Na sequência do Acordo Geral de Paz assinado em Roma entre o Governo e a Renamo, e de um convite dirigido ao seu Secretário Geral para mediar a sua implementação, as Nações Unidas montaram uma OMP em Moçambique – a ONUMOZ – que vigorou entre Outubro de 1992 e Janeiro de 1995. Essa operação incluía um PDR para os 92.881 combatentes oficialmente reconhecidos como fazendo parte dos dois exércitos beligerantes⁵.

O PDR moçambicano foi talvez a componente de implementação mais difícil de toda a ONUMOZ. Logo de início, a instalação dos soldados nos centros de acantonamento tornou-se um sério problema. Por razões políticas e porque muitos soldados estavam originalmente estacionados em zonas remotas, desprovidas de estradas, de onde tiveram frequentemente que caminhar a pé durante dias até chegar aos centros. Além disso, nem todas as forças foram confinadas aos centros de acantonamento. De fora ficaram as crianças-soldados da Renamo e

⁵Número final reconhecido pela Unidade Técnica da ONUMOZ (ver Pardoel 1996). A desmobilização abrangeu, até finais de Novembro de 1994, “57.540 soldados do Governo e 20.538 da Renamo, formando um total de 78.078. Este número foi deduzido do total de 91.691 registados nos centros de acantonamento e fora deles, dos quais 67.042 eram do Governo e 24.649 da Renamo, ou seja, mais 4.588 que o número de 87.103 declarado por ambos os lados”. United Nations 1995b: 41-42.

as tropas consideradas “não-acantonáveis”, com responsabilidades especiais de protecção dos seus líderes ou de instituições e edifícios públicos⁶.

Houve também inúmeras interrupções na implementação dos vários passos da fórmula de desmobilização, a começar pelo atraso na chegada das forças de manutenção de paz das Nações Unidas. Mesmo após a chegada destas, o estabelecimento dos centros de acantonamento foi adiado mais de um ano, da data original de Outubro de 1992 para Novembro de 1993⁷. Estes atrasos provocaram sérios problemas em centros concebidos para estadias muito curtas das forças, e onde as condições se deterioraram drasticamente. Havia escassez de alimentos e água. A inactividade forçada e a incerteza relativamente ao futuro nesses centros superpovoados provocaram graves levantamentos e motins. Num dos casos foi escrita uma carta ao representante das Nações Unidas de um dos centros, avisando que se os soldados não fossem informados da data exacta em que seriam desmobilizados começariam a assassinar todos os estrangeiros (Borges Coelho e Vines 1995). Houve igualmente muitos incidentes de violência armada protagonizados por soldados errantes que esperavam a saída dos seus companheiros para poder entrar nos centros de acantonamento a fim de serem eles próprios desmobilizados. Estes atrasos na desmobilização poderiam ter posto em risco todo o processo de transição para a paz uma vez que o plano inicial, que incluía a realização de eleições em ambiente totalmente desmilitarizado, acabou por ser gravemente afectado.

Como se referiu acima, na fórmula do PRD a última fase da desmobilização envolve o transporte dos ex-combatentes para as suas zonas de origem, onde se assume que serão acolhidos pelas suas famílias. Em Moçambique, os ex-combatentes puderam escolher o local para onde pretendiam ir independentemente de serem ou não daí originários. Receberam um subsídio para seis meses, metade pago à

⁶A questão das crianças-soldados foi sempre muito sensível e as ONGs que tinham programas especiais para a sua reintegração mostraram sempre grande relutância em tornar a informação disponível.

⁷No total, foram criados 29 centros de acantonamento para tropas do Governo e 20 para as forças da Renamo.

saída dos centros e a outra metade a recolher no local de destino. A primeira metade foi paga pelo Governo às suas tropas e também às da Renamo. Mais tarde, os doadores criaram um fundo para assegurar que esse subsídio se mantivesse por mais 18 meses. Estes fundos foram geridos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e distribuídos através de um banco local. Embora este tivesse uma rede razoável de delegações, onde elas não existiam os ex-combatentes tinham que viajar longas distâncias para recolher o seu subsídio. Em alguns casos o custo desta operação constituía parte substancial do próprio subsídio.

A fórmula do PDR moçambicano pressupunha uma população homogénea: homens, de origem rural, com experiência na agricultura. Consequentemente, assumia-se que os ex-combatentes seriam integrados sobretudo na economia agrícola. Porém, os combatentes moçambicanos, tanto do governo como da Renamo, tinham origens muito variadas. Além disso, historicamente, a economia familiar rural inclui o trabalho doméstico das mulheres conjugado com o trabalho assalariado sazonal dos homens, nas cidades ou nas minas. Embora a maioria dos combatentes da Renamo tenha origem rural, é preciso não esquecer que um dos argumentos que explica a sua adesão à guerrilha é precisamente o facto do estado da economia agrícola os ter obrigado a procurar outro modo de vida, de onde se deduz uma certa resistência dos ex-combatentes em voltar a ser camponeses. Durante a guerra, as cantinas e mercados rurais tornaram-se os principais alvos militares da guerrilha. Imediatamente após a guerra, a economia agrícola moçambicana caracterizava-se por uma intensa disputa de terras. Havia pouca motivação para produzir para além das necessidades imediatas de consumo, uma vez que os preços pagos ao produtor eram baixos e o acesso aos mercados muito problemático devido à inexistência de lojas e transportes e ao mau estado das estradas, em grande parte minadas. Era preciso um grande trabalho e muitos anos para restaurar a confiança dos agricultores⁸.

⁸Estes factores comprometeram de algum modo a grande expectativa inicial dos estrategas da desmobilização, segundo os quais a esmagadora maioria dos desmobilizados se dedicaria à agricultura. É interessante notar que mais tarde, quando a realidade começava a apresentar resultados

Surgiram sérias dificuldades devido às diferenças entre as expectativas dos ex-combatentes relativamente aos seus direitos, e a política do Governo. Todos os ex-combatentes esperavam receber pensões de reforma. Contudo, decidiu-se que as forças da Renamo não podiam ser beneficiadas uma vez que nunca haviam sido integradas em nenhum esquema de pensões do estado. Quanto aos soldados do Governo, só aqueles que haviam servido durante mais de dez anos foram considerados como potenciais beneficiários. Mesmo assim, e devido a problemas burocráticos e à ineficiência geral dos serviços, grande parte dos potenciais beneficiários continuou sem conseguir aceder às suas pensões.

Nem sempre os destinos dos desmobilizados foram as zonas de onde haviam partido para a guerra, ou aquelas que o PDR considerou como “zonas de origem”. De facto, a noção de “zona de origem” apresenta grande complexidade histórica. Desde o início da colonização que a população moçambicana foi sujeita a grandes movimentos populacionais relacionados com a migração para os países vizinhos e com o trabalho forçado no interior do território. Mais tarde, a guerra colonial também desenraizou grande parte da população, quer directamente, na sequência dos combates, quer devido aos programas de reordenamento populacional com a criação de aldeamentos, sobretudo no norte. Após a independência, também o novo regime da Frelimo procedeu a grandes reordenamentos à escala nacional, com a criação das aldeias comunais. Além disso, a guerra voltou a provocar grandes deslocamentos, nomeadamente do campo para a cidade ou para países vizinhos. Se se acrescentar a isto as movimentações provocadas pelas secas e cheias que pendularmente afectam o país, compreende-se que para muita gente há não uma, mas várias “zonas de origem”. A escolha dos destinos dos desmobilizados, para além destes factores indirectos, foi finalmente determinada, em grande medida, pelas experiências da guerra civil. Alguns formaram novas famílias em zonas diferentes das

diferentes, houve inclusivamente tentativas de manipulação estatística para justificar a estratégia inicial. Num relatório (UNDP/RSS 1996), por exemplo, afirma-se que 75% dos desmobilizados *ou suas mulheres* possuíam uma machamba.

suas. Outros, pesando-lhes os crimes cometidos nas suas aldeias, recebavam voltar para elas.

Quadro 1:
Ex-Combatentes nas Províncias Moçambicanas. Números (e Percentagens)

Províncias	Província de nascimento	Província de residência na altura do recrutamento	Província de desmobilização	Província de instalação
C. Delgado	8.380 (09,02)	6.493 (06,99)	5.357 (05,77)	6.772 (07,29)
Niassa	9.065 (09,76)	8.755 (09,43)	8.947 (09,63)	8.593 (09,25)
Nampula	12.657 (13,63)	11.845 (12,76)	9.128 (09,83)	12.053 (12,98)
Zambézia	18.611 (20,04)	15.909 (17,13)	14.004 (15,08)	15.444 (16,63)
Tete	6.362 (06,85)	4.910 (05,29)	6.545 (07,05)	5.479 (05,90)
Sofala	11.185 (12,04)	10.781 (11,61)	15.972 (17,20)	12.767 (13,75)
Manica	7.404 (07,97)	6.839 (07,36)	7.327 (07,89)	9.034 (09,73)
Inhambane	9.418 (10,14)	7.132 (07,68)	5.047 (05,43)	6.571 (07,07)
Gaza	6.143 (06,61)	4.375 (04,71)	4.731 (05,09)	4.808 (05,18)
Maputo (P)	1.622 (01,75)	1.572 (01,69)	8.263 (08,90)	3.901 (04,20)
Maputo (C)	1.543 (01,66)	2.584 (02,78)	7.553 (08,13)	7.399 (07,97)
s.i.	491 (00,53)	374 (00,40)	7 (00,01)	60 (00,06)
Totais	92.881 (100,00)	92.881 (100,00)	92.881 (100,00)	92.881 (100,00)

Fonte: Pardoel 1996

Para onde quer que os desmobilizados tenham “regressado”, certamente que não foi para comunidades estáveis e etnicamente homogéneas. A guerra movimentou milhões de pessoas, incluindo cerca de 1,5 milhões que atravessaram as fronteiras para se refugiar em países vizinhos e 4 milhões internamente deslocadas. O processo de paz foi acompanhado de programas de repatriamento e, ao mesmo tempo que os desmobilizados se procuravam estabelecer, também estas pessoas regressavam num quadro de condições de pós-guerra caracterizadas por

grandes privações. Em Moçambique, portanto, as condições que os ex-combatentes enfrentavam não eram muito diferentes nem porventura mais difíceis que as da generalidade das comunidades que os acolhiam.

c) A Reintegração em Moçambique

Em Moçambique, os programas de reintegração começaram a ser implementados quando a desmobilização ainda ocorria nos centros de acantonamento⁹. A definição da estratégia de reintegração dos soldados desmobilizados provocou sérias fricções entre a UNOHAC¹⁰ e a “comunidade doadora”, a primeira encarando uma reintegração inscrita numa estratégia de longo-prazo e ligada, em *continuum*, ao desenvolvimento, e a segunda visando apenas uma acção de curto e talvez médio prazos e destinada unicamente a assegurar a continuidade da paz (Clark 1996: 18-19).

Quando, com um ano de atraso, a estratégia de reintegração foi posta em prática, ela era formada por alguns programas centrais, nomeadamente: um Esquema de Apoio à Reintegração (EAR) administrado pelo PNUD e implementado pelo BPD, um banco de desenvolvimento local, que deveria pagar, durante 18 meses, mensalidades a todos os soldados desmobilizados e foi orçado em 30 milhões de dólares; um Serviço de Informação e Referência (SIR), financiado principalmente pela USAID e implementado pela OIM e pela Creative Associates International Inc., com a finalidade, entre outras, de abrir centros de informação e apoio aos soldados desmobilizados nos pequenos problemas do dia-a-dia, na solução das questões burocráticas, informação sobre oportunidades de emprego e formação, etc.; um Programa de Formação e ‘Kits’ (PFK) para fornecer conhecimentos técnicos e de negócios, assim como pacotes de

⁹Antes do estabelecimento formal da estratégia de reintegração, por conseguinte ainda na fase de desmobilização, foram implementados programas de “impacto rápido” quando os ex-combatentes se encontravam ainda nos centros de acantonamento.

¹⁰Ou Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária, que chefiou o CORE (a comissão tripartida para a reintegração) em nome das Nações Unidas.

instrumentos a uma população desmobilizada seleccionada, também sob responsabilidade do PNUD; e um Fundo Provincial para disponibilizar fundos destinados a financiar pequenos projectos da iniciativa dos ex-combatentes.

O Fundo Provincial, que começou a ser implementado em Novembro de 1994, numa altura em que a ONUMOZ se preparava para deixar o país, foi concebido para ser desenvolvido de duas maneiras. A OIM, financiada por vários países ocidentais, implementou-o nas regiões setentrional e meridional do país, em ligação com o programa SIR. Em paralelo, o GTZ implementou um Fundo Aberto à Reintegração na região central, com financiamento alemão¹¹.

Quando o mandato da ONUMOZ expirou, parte das suas responsabilidades de reintegração foi transferida para o Governo moçambicano, que nomeou o Ministério do Trabalho como coordenador. Este criou uma Unidade de Coordenação de Programas que integrava o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) e as principais agências internacionais envolvidas, nomeadamente a OIM, o GTZ, a OIT e a ISCOS. Progressivamente, contudo, as actividades de apoio à reintegração, secundarizadas por outras prioridades, foram decrescendo até ficarem praticamente paralizadas.

d) Em busca de um conceito operativo de reintegração

A noção de reintegração é, em si, bastante ambígua e imprecisa. A palavra reintegração ostenta um prefixo de repetição, pressupondo que quem vai ser reintegrado já foi, no passado, integrado. Subjacente está uma assumpção em três fases: primeiro, que os ex-combatentes já estiveram integrados; em segundo lugar, que a guerra ou a vida militar

¹¹A OIM beneficiou dos seguintes fundos: a USAID contribuiu com 7.668.500 dólares; a Itália (através do Trust Fund da UNOHAC) com 1.500.000 dólares; e o Canadá com 532.000 dólares. Para mais sobre o programa, ver IOM 1995b. Para as operações do GTZ, a República Alemã contribuiu com 3.400.000 dólares, apoio que subiu para cerca de 6,4 milhões de dólares com o envolvimento do Banco Mundial. Ver GTZ 1996; World Bank 1995a; World Bank 1995b; World Bank 1996.

os separou da sociedade; finalmente, que é agora necessário reintegrá-los outra vez no corpo social.

Esta lógica, algo estática e mecânica (a sociedade não muda, os ex-combatentes permanecem os mesmos), negligencia princípios de importância fundamental. Certamente, a guerra arrancou jovens às suas comunidades como se pode ver claramente pelo facto, corroborado por vários testemunhos, que eles foram muitas vezes “capturados” para os exércitos através do rapto (no caso dos guerrilheiros da Renamo) ou literalmente nas escolas onde estudavam. Porém, não se pode ignorar que uma das principais linhas de interpretação das causas da guerra considera que uma das razões principais do seu desenvolvimento foi, precisamente, a falta de integração da juventude rural, o que terá conduzido a uma situação na qual combater a guerra era visto como um meio de aquisição de estatuto social e material (Geffray & Pederson 1986). Por outro lado, é irrecusável que os exércitos não são corpos separados da sociedade: Moçambique é um dos muitos casos que revelam claramente que os exércitos podem interferir profundamente e transformar o desenvolvimento social e são, por sua vez, poderosamente influenciados pelos contextos sociais. Finalmente, é também evidente que a sociedade passou por uma profunda transformação em resultado da guerra civil, e que é considerável a diferença entre o jovem recruta e o combatente de meia-idade em que ele se tornou por alturas da desmobilização.

Foram também feitas tentativas de inscrever a reintegração num *continuum* partindo da situação de emergência e chegando à de desenvolvimento, ou de dividir a noção de Reintegração em diversas componentes operativas como a reintegração económica, social e cultural. A primeira componente era (e em grande medida continua a ser) privilegiada, uma vez que visa a subsistência dos ex-combatentes e suas famílias. As restantes componentes diziam respeito a uma integração “suave” dos ex-combatentes nas suas comunidades e à reconciliação com as suas próprias identidades.

Apesar de indubitavelmente importantes, tais distinções têm, todavia, uma utilização operacional limitada. Usualmente a reintegração económica é pré-condição para que as outras formas de reintegração tenham lugar. Mas pode também acontecer que sem uma reintegração social e cultural prévias a reintegração económica se torne impossível.

Além disso, nem sempre é clara a distinção entre estas diversas componentes da reintegração.

Mas antes destes refinamentos que podem envolver a noção de reintegração e suas componentes é necessário considerarmos o sentido geral da reintegração e a sua finalidade. A primeira e mais fundamental questão, neste âmbito, parece ser: um ex-combatente está reintegrado quando os seus problemas mais prementes estão resolvidos ou, o que é bastante diferente, quando atinge uma situação em que os seus problemas não diferem dos problemas da maioria dos membros da comunidade civil de que ele, uma vez reintegrado, passa a fazer parte?

Este trabalho baseia-se na segunda alternativa. Considera que a perspectiva de reintegração de ex-combatentes baseada na solução dos seus problemas para além de ser enganadora numa sociedade com carências tão profundas como a moçambicana, confunde processos sócio-económicos com programas humanitários ou de “atenuamento de tensões”, acabando, em última análise, por definir “preversamente” como objectivo a distinção entre ex-combatentes e as comunidades onde eles estão em vias de se integrar. Tornando-se assim contraproduativos em relação ao esforço último de dissolver a identidade individual e de grupo dos ex-combatentes enquanto tal.

A nossa perspectiva considera que a reintegração só é completa quando alguns traços fundamentais que distinguem os ex-combatentes de outros membros das suas comunidades deixam de se manifestar. Consequentemente, a avaliação do estado actual da reintegração, mais do que dependente dos resultados dos programas de reintegração tem que se basear na relação entre as comunidades locais e os seus ex-combatentes.

É dentro deste perspectiva que tentaremos avaliar o nível actual de reintegração dos ex-combatentes em comunidades rurais e urbanas concretas da província e cidade de Maputo.

2. Metodologia

a) A “estratégia” de investigação

Existem já várias avaliações dos programas de reintegração, levadas a cabo sobretudo pelas organizações que os patrocinaram, nomeadamente e entre outras, a OIM, o GTZ e o PNUD.

Normalmente essas avaliações foram realizadas quando tais programas chegavam ao final e tendem a ser de cariz quantitativo e justificativo. Esta investigação tentou sair dos limites da “lógica de programa”, procurando antes uma visão sócio-antropológica da população ex-combatente que se poderia resumir na seguinte interrogação: como é que os ex-combatentes encaram a sua situação actual e como é que eles são encarados pela sociedade?

Tendo situado o progresso de reintegração na fronteira entre os ex-combatentes e as comunidades em que eles se inscrevem, a investigação procurou dar atenção especial à ligação entre estas duas categorias, atenção essa traduzida em duas importantes questões: como é que os ex-combatentes encaram as suas novas comunidades e como é que eles são encarados pelos seus vizinhos?

Este tipo de interrogações levou à necessidade de definir o nível intermédio da pesquisa – as “comunidades” – que na cidade de Maputo foi identificado como os bairros e na província de Maputo, mais vagamente, como as comunidades de vizinhos. O “retrato” da situação de reintegração dos ex-combatentes nos locais de pesquisa deveria ser formado a partir das diversas situações dos soldados desmobilizados, enquanto moradores dos bairros mas, também, inscritos nos seus agregados domésticos – este foi considerado o nível de base da investigação.

Assim, seleccionámos nos locais de pesquisa agregados com e sem combatentes. Estas “unidades básicas da pesquisa” foram definidas como grupos de pessoas normalmente (mas não necessariamente) ligadas por laços de parentesco, vivendo sob o mesmo tecto e partilhando o mesmo orçamento. Nesta linha, procurámos realizar as entrevistas em ambiente doméstico, por razões não só metodológicas mas, também, operacionais. Entrevistar em casa dava mais garantias de entendimento da estratégia económica do agregado e de “controlo” do discurso inflamado dos ex-combatentes, por meio da presença das suas famílias, particularmente das esposas cujo papel se revelou

essencial para diminuir o nível de dramaticidade que normalmente caracteriza as entrevistas colectivas com grupos de ex-combatentes¹².

b) Selecção dos locais de pesquisa

O critério para a selecção dos locais de pesquisa foi quantitativo e qualitativo, procurando responder à necessidade de compreender tanto as concentrações de ex-combatentes como a diversidade de situações nesses mesmos locais. Quanto à diversidade, procurámos abordar locais urbanos e rurais. Nos primeiros, tivémos em conta dois grupos principais de bairros da cidade de Maputo, os tipicamente urbanos e os periurbanos onde a agricultura doméstica de pequena-escala parece desempenhar um papel importante na economia doméstica. Nos segundos, procurámos perceber a situação em espaço rural.

Assim, a pesquisa de campo abrangeu a cidade de Maputo e seus arredores, mais dois distritos da província de Maputo. A cidade de Maputo está dividida em distritos urbanos, que se subdividem em bairros. Os distritos urbanos, embora possuindo alguma especificidade (os DUs 1 e 2 são “mais urbanos” e os DUs 3, 4 e 5 “mais periféricos”), não foram considerados como unidades operativas da pesquisa de campo quer porque correspondem a áreas demasiado extensas quer porque a sua “identidade” é demasiado abstracta (trata-se de uma divisão que existe sobretudo para fins administrativos e fiscais). Assim, a selecção foi feita ao nível de bairros, considerando-se que estes possuem alguma identidade, no sentido em que são

¹²Este aspecto foi particularmente relevante quando começámos a entrevistar nos bairros, em finais de Maio de 1996, numa altura em que ex-combatentes de alguns bairros de Maputo se encontravam extremamente agitados por aquilo que consideravam promessas não cumpridas de apoio financeiro por parte da Kulima, uma ONG local. A versão da Kulima era que havia feito tais promessas em boa fé, recolhendo propostas de pequenos projectos de ex-combatentes para serem financiadas por um fundo prometido pela OIM, no quadro do programa do Fundo Provincial, mas nunca disponibilizado. De qualquer maneira, alguns bairros viviam um ambiente tenso nesta altura, chegando trabalhadores da Kulima a ser mantidos como reféns por ex-combatentes. Mesmo que tal fosse a nossa intenção, teria sido impossível levar a cabo entrevistas colectivas em ambiente tão inflamado.

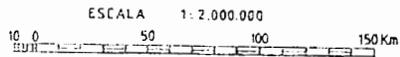
formados por comunidades de moradores, dirigidos pela mesma autoridade e caracterizados por uma unidade “física”.

Foram seleccionados oito locais de pesquisa: seis bairros na cidade (Mahlazine/ Maguanine, Malanga, Bairro Militar, Polana-Caniço, Infulene e Alto Maé), e dois distritos rurais na província de Maputo (Boane e Moamba). Esta selecção baseou-se em vários critérios apriorísticos que procuraremos referir brevemente em seguida.

O Alto Maé é um bairro tipicamente urbano da parte alta da cidade, com uma concentração bastante elevada de soldados desmobilizados que residem em casas alugadas. As pessoas que lá vivem são trabalhadoras de serviços públicos e empresas privadas ou desenvolvem pequenos negócios. Por estas mesmas razões poderíamos ter seleccionado outros bairros, como por exemplo o Bairro Central. O Bairro Militar é habitado em grande parte por membros das forças de defesa e segurança, retirados ou no activo. É, como veremos, um bairro por excelência de soldados desmobilizados. Tal como no anterior, os seus habitantes vivem sobretudo em casas alugadas, neste caso ao Ministério da Defesa. Aparentemente, as autoridades estão a tentar transferir os moradores deste bairro para bairros periurbanos (Mahlazine, Chiango), de maneira a criar espaço para aqui colocar os militares do novo exército, o que está a provocar considerável tensão social e resistência entre os actuais moradores. A Malanga, ainda no espaço urbano, é um bairro “velho” e estabilizado, razão pela qual alberga um número relativamente baixo de ex-combatentes. Devido à sua proximidade em relação ao porto de Maputo, a Malanga tem uma actividade económica baseada no pequeno comércio informal e no trabalho assalariado no porto e caminho-de-ferro. O Infulene, embora administrativamente integrado na cidade vizinha da Matola, pode ainda considerar-se parte do Grande Maputo. Tem as melhores terras agrícolas dos subúrbios da cidade e um contingente relativamente importante de soldados desmobilizados. Trata-se de um bairro interessante para avaliar o papel da pequena agricultura na economia doméstica dos ex-combatentes. A escassez de terra é aqui causa de alguma tensão.



- Limite de Fronteira - - - - -
- Limite de Provincia - - - - -
- Limite de Distrito - - - - -
- Capital de Provincia ●
- Sede de Distrito ●
- Sede de Posto Administrativo ●
- Poa ●



Mapa 2: Boane e Moamba, na província de Maputo.

Na província de Maputo foram seleccionados dois casos. Boane, a poucos quilómetros da cidade, tem o principal quartel militar do país, certamente uma razão para a importante concentração de 549 soldados desmobilizados. Este distrito localiza-se na rota comercial da África do Sul e Swazilândia e tem uma intensa actividade de corte de árvores e fabrico de carvão para abastecer a cidade de Maputo. A sua economia também inclui a agricultura e o pequeno comércio informal.

Finalmente, a Moamba, com uma população de 327 ex-combatentes, é um distrito que faz fronteira com a África do Sul. Mais uma vez, o comércio informal constitui actividade importante, em paralelo com a agricultura, pesca e criação de gado, e há aqui grandes disputas de terras. Trata-se de um bom caso para olhar para os ex-combatentes no contexto da população anteriormente refugiada e que se procura agora ali restabelecer.

c) O sistema das entrevistas

As entrevistas foram preparadas na forma de inquérito, para se poderem codificar as respostas num banco de dados, com algumas perguntas colocadas de forma semi-estruturada para se poder capturar algum material qualitativo e, também, respostas e perspectivas não previstas à partida. Foram preparados três tipos de questionários para entrevistas semi-estruturadas, segundo os diferentes alvos: os do Tipo A visavam os soldados desmobilizados nas suas residências; os do Tipo B destinavam-se a residências nos mesmos locais mas sem ex-combatentes; os do Tipo C dirigiam-se a autoridades locais ao nível de bairro. As entrevistas do Tipo A eram centrais, enquanto que as do Tipo B tinham propósitos comparativos, assumindo-se que a relação entre o ex-combatente e a comunidade com quem ele vive é fundamental para avaliar o nível de reintegração do primeiro. As entrevistas do Tipo C visavam obter uma perspectiva mais geral dos bairros e seus ex-combatentes.

As entrevistas do Tipo A incluíram cinco grandes grupos de questões, nomeadamente: dados pessoais do ex-combatente chefe do agregado; informação sobre a sua família; sua experiência enquanto soldado; sua experiência de desmobilização; e várias questões sobre a sua reintegração e economia do seu agregado. As entrevistas do Tipo B procuraram obter informação sobre: dados pessoais do chefe do

agregado; informação geral sobre o seu agregado; economia doméstica do agregado; e como ele “via” o bairro onde vive. Finalmente, as entrevistas do Tipo C procuraram obter dados sobre a autoridade local entrevistada; como ela “via” os problemas gerais do seu bairro e respectiva população (incluindo os ex-combatentes), e soluções propostas.

Houve alguma dificuldade em definir a quantidade óptima de entrevistas a realizar na cidade de Maputo, particularmente em cada bairro (o nível considerado apropriado). Evidentemente que a perspectiva inicial tinha que ser flexível. Os bairros diferem uns dos outros não só em tamanho (e número de moradores) mas, também, em complexidade. Alguns, como o Bairro Militar ou a Malanga, são relativamente homogéneos na sua população ou na ocupação desta. Outros, como a Polana-Caniço ou o Alto Maé, são muito mais complexos, o que exigiu mais entrevistas para capturar a diversidade de situações.

Por outro lado, era necessário estabelecer algum tipo de relação com o número total de soldados desmobilizados, expressa em termos de amostra. Existem números disponíveis para os níveis da cidade e distrito urbano, mas não para o de bairro. Ao mesmo tempo, era praticamente impossível determinar a distribuição geográfica dos soldados desmobilizados no interior da cidade. Os dados disponíveis apenas se referem ao conjunto da cidade e seus arredores (a “Grande Maputo”), incluindo a cidade da Matola e totalizando 7.399 ex-combatentes (ver Quadro 1)¹³. Em relação aos locais seleccionados na

¹³Foram realizadas várias tentativas para obter a distribuição detalhada. Uma delas através dos postos do BPD na cidade (o BPD, ou Banco Popular de Desenvolvimento, hoje extinto, foi o banco através do qual foram pagos os subsídios do EAR a todos os desmobilizados. Uma vez que, por definição, todos os soldados desmobilizados recolhiam os seus subsídios mensais, os dados do BPD eram, em princípio, razoavelmente fiáveis. O resultado foi um total de 4.435 soldados desmobilizados no Distrito Urbano 1; 1.434 no DU 2; 319 no DU 3; 427 no DU 4; 375 no DU 5; e 126 nas chamadas “Zonas Verdes”, onde se localiza o bairro do Infulene. Várias razões estão por detrás do resultado pouco equilibrado, que favorece o Distrito Urbano 1, correspondente ao centro da cidade: ou a rede bancária é aí mais densa, ou

provincia de Maputo, os elementos disponíveis referem 549 ex-combatentes em Boane e 327 na Moamba.

Quadro 2:
Entrevistas Realizadas em Maputo

	Bairros	Entrevistas			
		A	B	C	Total
Dist. Urbano 1	Alto Maé	111	4	2	117
	Bairro Militar	33	7	3	43
Dist. Urbano 2	Malanga	9	14	1	24
Dist. Urbano 3	Polana-Canico	24	21	1	46
Dist. Urbano 5	Mahlazine	9	5	1	15
Matola	Infulene	42	11	4	57
Boane		31	9	--	40
Moamba		124	5	5	134
Totais		383	76	17	476

A abordagem directa ao nível de bairro para definir os números também se revelou improdutivo: as autoridades locais não tinham esses elementos e mostraram-se marginais ao processo da instalação dos ex-combatentes. Tanto elas como os moradores afirmaram repetidamente, e de uma forma algo nostálgica, que os tempos actuais são bastante diferentes dos “tempos de Samora”¹⁴: actualmente as autoridades locais

várias razões (incluindo a localização de empregos para alguns) levaram a que fosse mais conveniente para grande parte dos desmobilizados registar-se ali. Outra tentativa consistiu na consulta dos registos da Kulima (esta ONG, acima referida, tentou implementar programas de reintegração financiados pela OIM). O inquérito da Kulima forneceu os seguintes números: 507 para o DU 1; 469 no DU 2; 436 no DU 3; 214 no DU 4; e 540 no DU 5. Porém, tais dados não foram obtidos numa base “casa a casa” mas através do estabelecimento de postos que os ex-combatentes abordavam para submeter os seus projectos e solicitar financiamentos. No nosso trabalho nos bairros constatámos que, frequentemente, as indicações da Kulima e os endereços reais não condiziam.

¹⁴Numa referência a Samora Machel, o antigo presidente da república. Após a independência, durante o “período de Samora”, o sistema dos Grupos

não conhecem o “seu povo”, os vizinhos não se conhecem uns aos outros e, portanto, é difícil dizer-se quantos moradores vivem no bairro, e onde.

O único método possível, por conseguinte, foi entrevistar com base no “conhecimento de vizinhança”, seguindo redes de amizades dos ex-combatentes e indicações ocasionais de moradores até se atingir um número considerado aceitável para compreender o quadro local.

Finalmente, quanto à relação entre as entrevistas, o plano inicial estabelecia, para cada dez entrevistas, uma razão da ordem das sete do Tipo A, duas do Tipo B e uma do Tipo C. Se considerarmos os resultados por bairro, pode dizer-se que foram extremamente desiguais devido às dificuldades acima referidas. Em casos extremos como a Malanga, as entrevistas do Tipo B excederam as do Tipo A, e no Alto Maé quase todas as entrevistas foram do Tipo A. De qualquer maneira, o total das entrevistas realizadas, da ordem das 80 do Tipo A para 16 do Tipo B e 4 do Tipo C, em cada 100, não ficou muito longe da razão inicialmente definida. O Quadro 2 mostra as entrevistas realizadas.

3. Descrição Operativa dos Locais de Pesquisa

a) A população nos locais de pesquisa

Como se referiu acima, a cidade de Maputo está organizada em 5 distritos urbanos que por sua vez se subdividem em bairros. Segundo o I Recenseamento, tinha 755.000 habitantes em 1980. Em resultado da associação de dois factores, nomeadamente uma taxa de crescimento de cerca de 3 por cento e o afluxo à cidade de deslocados e refugiados de guerra das zonas rurais, Maputo deveria ter, em 1995, entre 2,3 milhões e 1,48 milhões de habitantes (Christie 1996: 21). Actualmente, na sequência do restabelecimento da paz, muitos antigos refugiados deixaram a cidade para regressar às zonas rurais. Segundo o censo de 1997, a cidade tem hoje cerca de 966.000 habitantes (Instituto Nacional de Estatística 1998: 10).

Dinamizadores assegurava um controle estreito dos moradores por parte das autoridades locais de bairro.

O distrito de Boane está dividido em dois postos administrativos, Boane-sede e Matola-rio. A pesquisa realizou-se no primeiro. O distrito, segundo o censo de 1980, tinha 39.296 pessoas. A relativa proximidade e boas comunicações com a cidade de Maputo, assim como a existência de boas estruturas de protecção (nomeadamente o quartel de Boane), criaram condições para uma relativa estabilidade ao longo da guerra. A movimentação populacional ocorreu sobretudo no interior do distrito, dos postos para a sede de Boane e ao longo da estrada principal que liga à cidade de Maputo. Consequentemente, um recenseamento realizado pelas autoridades locais em 1992 apurou um total de 45.162 pessoas e outro realizado em 1994 por um programa de emergência, 64.232 pessoas (Hilário 1996: 19). Finalmente, o recenseamento de 1997 registou 58.000 pessoas.

O distrito da Moamba está dividido em quatro postos administrativos, nomeadamente Moamba-sede, Pessene, Sábiè e Ressano Garcia. Tradicionalmente, a população da Moamba migra para a África do Sul e para a cidade de Maputo. Segundo o censo de 1980, o distrito tinha 90.856 habitantes. A guerra teve aqui grande impacto, acentuando a fuga de populações para a África do Sul e para as pequenas vilas da zona, como a Moamba e Ressano Garcia. À medida que a guerra se intensificou e mesmo estas vilas começaram a ser frequentemente atacadas, aumentaram as fugas de população para a cidade de Maputo, a África do Sul e os distritos vizinhos (como Boane). Consequentemente, em 1991 a população do distrito desceu para cerca de 68.000 habitantes¹⁵. Em 1997 era, segundo o recenseamento geral, de cerca de 43.000 pessoas. Após o acordo de paz, com a conclusão dos programas de repatriamento e a atracção exercida pelas boas condições do distrito (que já foi o mais rico da província), incluindo a construção do novo eixo rodoviário que liga a cidade de Maputo à África do Sul passando pela zona, é natural que estes números cresçam rapidamente.

¹⁵Segundo projecções realizadas pela Direcção Nacional do Plano, citadas em Adam 1996.

b) A origem da população

O conjunto de entrevistas em agregados sem ex-combatentes revela uma clara ascendência das províncias do Sul como províncias de origem dos chefes dos agregados. Na Malanga, Polana-Caniço, Mahlazine, Infulene, Boane e Moamba, todos os entrevistados tinham vindo de Inhambane, Gaza, cidade de Maputo e província de Maputo, portanto do Sul do rio Save. Se as zonas rurais tendem a mostrar uma clara prevalência de pessoas de origem local, na cidade de Maputo a imigração tradicional estabeleceu um equilíbrio entre locais e pessoas (sobretudo homens) de Inhambane, Gaza e dos arredores da cidade, vindos desde o tempo colonial à procura de trabalho. A independência facilitou a movimentação de pessoas entre as províncias e a cidade capital exerceu obviamente uma atracção especial. No quadro dos bairros, o Bairro Militar surge assim como a grande excepção a este respeito, atenuando a tendência geral com a presença importante de pessoas de Cabo Delgado e Sofala. O Alto Maé, um “bairro de empregados”, é também algo incomum, com habitantes oriundos de todo o país. Finalmente, a guerra multiplicou a população dos bairros de uma maneira sem precedentes, atraindo para a cidade várias ondas de refugiados que contribuíram para diversificar ainda mais a configuração dos bairros. Porém, tais refugiados continuaram a vir principalmente do Sul.

Alguns desses imigrantes voltaram às suas não muito distantes zonas de origem para se casar, trazendo depois as esposas para a cidade. Outros casaram-se localmente, no interior da urbe. Em grande medida, o tempo acabou por transformá-los em cidadãos de Maputo¹⁶.

Evidentemente que o retrato da situação nos diversos locais que foram objecto da pesquisa, para além de ultrapassar o propósito deste estudo dificilmente poderia ser feito com base no escasso número de entrevistas realizado com os moradores dos bairros. Tendo por detrás um fim meramente comparativo, procuraremos mesmo assim fazer uma breve descrição da situação nos bairros, utilizando como indicadores alguns dos elementos fornecidos por essas entrevistas.

¹⁶Adiante mostraremos evidência que o contacto com as zonas de origem tende e permanecer particularmente forte.

c) A ocupação da população

Um breve olhar sobre a ocupação dos chefes dos agregados sem ex-combatentes e suas esposas revela que tal ocupação se coaduna com o perfil dos bairros tal como atrás foi sugerido. Assim, o Alto Maé aparece como bairro de funcionários e burocratas e, em menor grau, operários e comerciantes; as suas esposas permanecem em casa, ocupadas com afazeres domésticos, ou complementam a receita doméstica vendendo pequenos produtos nos mercados informais.

“O meu nome é Mauro Lamon N. Sou casado. Vivo numa casa alugada no Alto Maé. Somos 6 em casa: a minha mulher e eu, 2 filhos (de 15 e 10 anos de idade), uma filha (de 8 anos) e um afilhado. Dedico-me a comprar milho em Chimoio (Manica) para vender aqui mesmo, em Maputo. A minha mulher trabalha comigo. Ela vende o milho que eu trago de Chimoio no Estrela.¹⁷ Os pais dela também a ajudam na venda”.

(Mauro Lamon N., Alto Maé: 2 de Outubro de 1996).

O Bairro Militar, como o nome indica, é um muito homogêneo bairro de polícias e militares, onde a ocupação das mulheres se divide igualmente entre os afazeres domésticos e a venda nos *dumba-nengues*¹⁸.

“Sou um militar do novo exército. A minha família é formada por 4 pessoas, o casal e duas crianças de 5 e 3 anos de idade. A casa onde moramos pertence ao Ministério da Defesa. Se tivesse essa possibilidade mudar-me-ia para outro bairro dado que não sabemos o que o futuro trará¹⁹ e porque a casa está em mau estado. A minha mulher fica em casa, tomando conta das crianças e da casa. Se eu tivesse economias

¹⁷Estrela Vermelha, no coração do Alto Maé, é um dos maiores mercados informais da cidade de Maputo, onde tudo é negociado, desde alimentos e bebidas a equipamentos doméstico, combustíveis, etc.

¹⁸*Dumba-nengue* é um termo generalizado para designar os mercados informais.

¹⁹Referimo-nos já à incerteza dos moradores deste bairro na sequência de planos para os transferir para outros bairros.

certamente que arranjava uma banca [posto de venda no mercado informal] para ela no dumba-nengue”.

(João Chiete P., Bairro Militar: 12 de Junho de 1996).

A Malanga é um bairro de estivadores do porto e caminhos-de-ferro, operários das indústrias da cidade, pequenos artesãos e guardas; mais “modesto” que o Alto Maé, as mulheres estão aqui profundamente envolvidas nas actividades de venda informal para complementar os salários dos maridos.

“Eu nasci em Cocamisava, Gaza, e tenho 45 anos de idade. Em casa somos cinco pessoas: eu, a minha mulher, um filho de 19 anos, uma filha de 16 anos e um afilhado. Vim aqui para a Malanga há dez anos. A casa é minha. Fui eu que a construí. Trabalho por conta própria, como mecânico de automóveis. Faço também outros trabalhos sempre que surgem oportunidades. A minha mulher trabalha no dumba-nengue vendendo diversos produtos, sobretudo aguardente de cajú. O meu filho vai à escola mas também me ajuda na oficina. A comida que comemos é comprada no dumba-nengue ou vem de Gaza, onde eu tenho uma machamba controlada pelos meus irmãos. Recebo milho e feijão, entre outros produtos, e envio-lhes açúcar e outras coisas”.

(Joanete Pedro M., Malanga: 25 de Junho de 1996).

A Polana-Caniço é um movimentado bairro com uma ocupação muito diversificada: tem empregados domésticos ou de hotelaria, condutores, vendedores de dumba-nengue, pequenos artesãos e guardas; tal como no caso da Malanga, as suas mulheres estão profundamente envolvidas em actividades de dumba-nengue.

“Tenho 53 anos de idade e vivo na Polana-Caniço. Em casa somos 14, contando com os meus 11 filhos e filhas, e com a minha afilhada. A casa é nossa. O meu marido comprou o talhão e construiu-a ele próprio, com a ajuda dos nossos rapazes. Ele pagou-a com o dinheiro conseguido com a venda da chave da casa que alugávamos na cidade²⁰. É uma boa casa, mas

²⁰Nos últimos anos, grande parte da população de modestos recursos, que se havia mudado para a cidade após a independência para ocupar as casas deixadas pelos portugueses em retirada, foi forçada pelas circunstâncias actuais

bastante pequena para as nossas necessidades. Se tivéssemos meios mudar-nos-íamos novamente. O meu marido é servente no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Quanto a mim, para além de tomar conta da casa, ajudo o meu marido vendendo pequenas coisas no dumba-nengue: compro e vendo pão, bolos, etc. Como sabe, o salário dele é muito baixo e eu procuro ajudar. Também somos ajudados pela minha irmã. Ela vive na Maxixe (Inhambane). De lá envia-nos mandioca e côcos. Eu mando-lhe roupa e açúcar”.

(Felismina Chilene C., Polana-Caniço: 21 de Junho de 1996).

Mais longe da área urbana localizam-se bairros suburbanos como Mahlazine e Infulene, em relação aos quais se notam algumas diferenças. Em ambos os casos os chefes dos agregados continuam bastante “ligados” à cidade, trabalhando como empregados e operários. Em Mahlazine os nossos entrevistados eram sobretudo pequenos artesãos trabalhando no interior dos limites do bairro. Mas a diferença mais importante diz respeito à ocupação das mulheres dado que, em paralelo com as actividades de dumba-nengue, a agricultura e a horticultura surgem como importantes actividades para complementar os rendimentos domésticos e alimentar a casa.

“Sou de Inharrime, Inhambane. Vim para Mahlazine em 1976, para junto dos meus irmãos. Eles arranjaram-me um terreno para construir a minha casa. Casei-me aqui e tenho agora 4 filhos. A minha profissão é de operador de máquinas-empilhadeiras. Mas como estou actualmente desempregado faço pequenas coisas no dumba-nengue, como conserto de calçado, venda de pão, etc. A minha mulher toma conta da casa e trabalha na nossa pequena machamba”.

(Filmoninho F., Mahlazine: 30 de Maio de 1996).

Por vezes a pequena machamba pode crescer em importância a ponto de se tornar no principal sustentáculo da economia doméstica:

a regressar aos subúrbios. No contexto da falta de habitações disponíveis, essas pessoas “vendem as chaves” das casas que ocupavam para conseguir recursos para construir casas suburbanas mais modestas.

“Dos meus 15 filhos só uma filha nos deixou. A minha casa tem 28 pessoas, incluindo os meus 14 filhos e parentes que fugiram da nossa terra, em Inhambane, devido à guerra. Sou funcionário do Ministério da Defesa. O meu salário é muito baixo. Temos uma machamba com 3,5 hectares de onde sai a maior parte da comida da nossa casa. Ali trabalham a minha mulher e outros parentes. Os meus planos para o futuro são desenvolver a minha machamba para assegurar a nossa sobrevivência quando eu me reformar”.

(André J., Mahlazine: 4 de Junho de 1996).

O Infulene é talvez o mais claro exemplo da importância da agricultura urbana nos locais que seleccionámos. Detém com Laulane, outro bairro periurbano, as terras mais férteis para a agricultura no interior dos limites da cidade. Aqui, algumas famílias urbanas dependem inteiramente das actividades agrícolas:

“O meu nome é Afonso Laice M. Tenho 60 anos de idade e vim de Mandlakazi, Gaza. Vivo na minha casa com a minha mulher e os meus 9 filhos e filhas. Somos 11. Vivo aqui no Infulene desde 1972, altura em que o régulo me deu esta terra. Trabalho com a minha família na nossa machamba. O meu único plano, agora que sou velho, é desenvolver a minha machamba”.

(Afonso Laice M., Infulene: 10 de Julho de 1996).

Em grande medida a organização da agricultura está, no Infulene, muito para além dos estreitos limites domésticos. A organização agrícola nos subúrbios de Maputo tem as suas origens em 1980, quando o Governo criou o Gabinete das Zonas Verdes para coordenar o fornecimento à cidade de produtos agrícolas cultivados nas terras deixadas por colonos portugueses após a independência. Embora o projecto tivesse inicialmente uma forte orientação estatal, na qual o papel reservado às famílias era de fornecimento de força de trabalho, a crise organizativa do Estado e a iniciativa local, à medida em que os moradores começavam a trabalhar terras abandonadas, levaram à criação da União Geral das Cooperativas, que impulsionou a criação de cooperativas locais. Desde 1991 que está em vigor um sistema misto cooperativo e individual dado que a Assembleia Geral da União decidiu que qualquer cooperativa que pretendesse abandonar os

métodos colectivos de produção deveria receber ajuda para parcelar a terra cooperativa em talhões individuais. Em resultado desta dinâmica, um estudo de 1986 estimou que cerca de 80.000 famílias estavam envolvidas em actividades agrícolas e cerca de 14.000 pessoas se tinham organizado em associações de agricultores (Christie 1996: 49-50, 63). Gilda Nhantumbo é membro de uma dessas cooperativas:

“A nossa cooperativa '29 de Setembro' tem sete membros. Eu sou membro e, também, a guarda-livros da cooperativa. Começámos em 1983 e plantamos milho, batata-doce, vegetais, etc. Tivemos apoio da União Geral das Cooperativas, com quem temos uma boa relação. Agora estamos fracos e aquilo que conseguimos dá apenas para pagar os nossos salários. O principal problema é a água salgada que nos impede de alargar os terrenos. Necessitamos de água canalizada para irrigar as nossas machambas mas não temos fundos para fazer um tal investimento.”
(Gilda Justino N., Infulene: 13 de Julho de 1996).

Finalmente, já na província de Maputo, os agregados de Boane e Moamba mostram-se menos dependentes da cidade. Boane ainda mantém laços com a capital devido à proximidade relativa e às boas comunicações. Algumas indústrias e projectos agro-pecuários, assim como outros empreendimentos tais como a barragem dos Pequenos Libombos construída para fins de irrigação, fornecem uma oferta de emprego bastante elevada para os níveis provinciais em Moçambique. Assim, se a ocupação masculina inclui trabalho assalariado e actividades em dumba-nengues e alguma agricultura, a agricultura torna-se quase exclusiva enquanto ocupação feminina, por vezes associada com actividades de dumba-nengue.

“Tenho 39 anos de idade e vivo aqui desde 1985. Tenho sete crianças: cinco raparigas e dois rapazes. Todos vivem connosco. O meu marido trabalha na barragem dos Pequenos Libombos. Tenho a minha machamba onde cultivo milho, mandioca, feijão, amendoim, vegetais, etc. Também fabrico aguardente de toranja. Compro toranjas a 300.000 meticais a tonelada, acrescento-lhes dez latas de açúcar (8.000 meticais cada lata) para produzir 25 litros de aguardente que vendo no dumba-nengue”.
(Elisa C., Boane: 6 de Junho de 1996).

A Moamba, mais distante, está menos ligada à capital. O trabalho assalariado diminui devido à inexistência de ofertas de emprego e a actividade masculina é quase que exclusivamente a agricultura familiar, a pesca e a criação de gado. A actividade feminina permanece a agricultura e as vendas ocasionais no *dumba-nengue*. Tais vendas tendem também a ser “especializadas”, ligadas frequentemente àquilo que é produzido noutras esferas de actividade.

“Tenho duas mulheres e sete filhos. Todos vivem na casa que construí em 1984. As minhas terras foram-me concedidas pelo régulo. Gosto de viver aqui porque estou perto da minha machamba. Ocupo-me só da agricultura e gosto desta actividade porque garante os meios para alimentar a minha família. As minhas mulheres trabalham comigo na minha machamba de 5 hectares. Cultivo milho, amendoim, diversos tipos de feijão, abóbora, vegetais, etc. Na última campanha enchi 3 celeiros de milho que correspondem a 6 sacas de 100 quilos cada. Tenho também galinhas, patos e 7 vacas que os meus filhos levam a pastar (antes eram 15 mas a Renamo levou as que faltam, durante a guerra). Toda a comida que comemos é produzida por nós. Tenho irmãos na África do Sul a quem envio alimentos. Em troca, eles mandam-me tudo aquilo de que eu preciso e que não posso comprar aqui. Os meus planos para o futuro são conseguir dinheiro suficiente para comprar pneus e gasóleo para o meu tractor. Vai-me custar pelo menos 7 milhões de meticais, o equivalente a dois celeiros de milho. Também preciso de uma bomba de água”.

(Milion M., Moamba: 1 de Agosto de 1996).

“Tenho onze pessoas nas minhas palhotas, incluindo 6 filhos e 3 filhas. Voltei para casa em 1994. Dedico-me a pescar na albufeira da barragem da Corumana, mas também gosto de fazer pequenos trabalhos de artesanato. A minha mulher tem uma machamba de 1,5 hectares e cria galinhas e patos. Ela também vende o meu peixe no mercado ou a comerciantes que o levam para Maputo. Os meus planos consistem em desenvolver a minha pesca para assegurar o futuro dos meus filhos.”

(Manuel João M., Moamba: 5 de Agosto de 1996).

O pequeno comércio informal, ou actividades de *dumba-nengue*, surge no resumido quadro acima apresentado, particularmente nos bairros da cidade, como actividade importante e frequente levada a cabo principalmente pelas mulheres para complementar o rendimento

doméstico: na nossa amostra ele representa quase metade de todas as categorias ocupacionais das esposas dos chefes dos agregados.

O regulamento municipal da cidade de Maputo distingue três tipos de mercados:²¹ mercados reguladores que concentram o grosso dos produtos e abastecem os restantes mercados; mercados de bairro, que abastecem os respectivos consumidores; e mercados provisórios que existem até que sejam autorizados e se estabeleçam mercados de bairro propriamente ditos. Actualmente, a cidade tem 42 mercados, dos quais um regulador, 6 provisórios e os restantes de nível de bairro²². Desde a introdução da economia de mercado que as actividades de *dumbanengue* se multiplicaram e expandiram em natureza. Para além dos mercados acima referidos as áreas urbanas onde a circulação de pessoas é mais intensa foram também ocupadas por vendedores ambulantes. Por vezes a aglomeração de “vendedores de passeio” deu lugar à criação de novos mercados. A falta de controle das autoridades municipais permite o enraizamento de tais mercados. Foi assim que o Estrela Vermelha, no coração do Alto-Maé cresceu a ponto de se tornar um dos principais mercados da cidade, ao longo das ruas de um bairro residencial.

d) Estradas e transporte

Os entrevistados não foram unânimes em relação ao acesso aos seus bairros e aos transportes, mas a opinião prevalecte é negativa. A situação não se revelou diferente nos meios urbano e rural. Relativamente às estradas, os meios rurais (particularmente a Moamba) têm muitos problemas, sobretudo na estação das chuvas, altura em que as estradas secundárias, de terra, se tornam muitas vezes intransitáveis. Na cidade, bairros centrais como o Alto Maé ou o Bairro Militar, atravessados por estradas principais, encontram-se em melhor situação. Todavia, no Bairro Militar, tal como na Malanga, os moradores queixam-se da avançada degradação das estradas interiores, em alguns casos estão intransitáveis. Os bairros periurbanos

²¹Os mercados são definidos como instalações onde os comerciantes ou produtores promovem a venda de alimentos frescos e outros produtos.

²²Segundo Arnaldo 1996: 22, para além do mercado Fajardo, também o Xipamanine e o Estrela Vermelha deveriam ser classificados como mercados reguladores.

também apresentam sérios problemas a este respeito. Se no Infulene o problema se deve ao mau estado das estradas existentes, nos bairros “novos”, em crescimento acelerado, os problemas relacionam-se com a falta de construção de estradas e com a edificação descontrolada e ilegal de casas. Os caminhos existentes são muitas vezes interrompidos por casas e sujeitos a profunda erosão, particularmente na época das chuvas. Uma das queixas mais frequentes é que em caso de doença ou fogo as ambulâncias e os bombeiros não têm acesso aos bairros.

A situação dos transportes está parcialmente relacionada com o estado das estradas. Mais uma vez, as diferenças entre os ambientes urbano e rural não são significativas. Se a oferta de transporte é mais fraca nas zonas rurais, as pessoas tendem ali a estabelecer-se mais perto do local onde trabalham (campos agrícolas, por exemplo), e os aglomerados são menores (a Moamba, por exemplo). Na cidade, pelo contrário, embora a oferta de transporte seja maior, com a presença de machimbombos públicos e “chapas” privados,²³ a vida quotidiana é mais exigente em termos de transportes dado que uma grande percentagem dos moradores dos subúrbios trabalha no centro. Se as respostas tendem a ser mais positivas nos casos do Bairro Militar e da Polana-Caniço é porque, apesar do mau estado das suas estradas interiores, os moradores têm acesso a estradas principais, bem fornecidas de transportes. Os bairros mais penalizados são os suburbanos mais afastados de estradas principais, como o Infulene ou Mahlazine.

e) Abastecimento de água e energia

A situação da água e da energia estabelece uma diferenciação muito mais clara entre as áreas urbana e rural. Em termos gerais, a situação é, a este respeito, muito melhor nos bairros urbanos que nas

²³Termo popular para designar os transportes semi-colectivos de passageiros. A frota de “chapas” privados cresceu rapidamente após a liberalização da economia e, sobretudo, do acordo de paz. Contudo, este sistema está longe de oferecer um bom serviço porque os veículos são geralmente velhos e com grandes deficiências mecânicas, e transitam em precárias condições de sobrelotação.

áreas rurais. Nos primeiros é normal haver água canalizada ou, nos subúrbios, fontanários a distâncias relativamente curtas. O Alto Maé, tipicamente urbano, apresenta o melhor resultado relativamente à disponibilidade de água. A situação em outros bairros, como a Malanga ou o Bairro Militar, apresenta-se diferenciada: mesmo que haja água canalizada, as dificuldades financeiras dos moradores fazem com que seja difícil manter os canos e os tanques, ou constituem razão de cortes devido a falta de pagamento. Bairros periféricos mais recentes, como a Polana-Caniço ou Mahlazine, apresentam um quadro um pouco diferente. Aqui, há ainda muito poucas infraestruturas e a opinião negativa recolhida está muitas vezes directamente relacionada com as distâncias que os entrevistados (ou seus familiares) têm que percorrer para ir buscar água aos fontanários públicos. Em grande medida é também esta a situação em Boane e na Moamba. Obviamente que onde a água é mais difícil de obter, e portanto utilizada com mais parcimónia ou apresentando qualidade mais baixa, a situação sanitária tende a degradar-se com o alastramento de doenças.

“A falta de água é um problema muito sério no nosso distrito da Moamba. Olhemos, por exemplo, para a vila da Moamba: tem água mas com grandes dificuldades porque as bombas e outra maquinaria são muito velhas e precisam de ser substituídas. No caso de Pessene as pessoas de lá têm que caminhar 10 kms até à Moamba para vir buscar água. Esperam então pelo combóio que os levará de volta. Por vezes têm que esperar muito tempo. Não há rio em Pessene. Uma vez uma ONG tentou cavar poços mas a água era salgada. Quanto a Corumana, todos usam a mesma água. Os animais fazem ali toda a espécie de porcarias. Nós pescamos lá. Ali tomamos banho. Ali bebemos. Chegámos a ver cadáveres a flutuar naquela água.”

(Romão M. e Mário Elias C., Moamba: 14 de Agosto de 1996).

A situação é idêntica no que toca à energia. A cidade de Maputo está em melhor situação que a província de Maputo. Os locais urbanos estão em boa situação a menos que ocorra degradação das linhas de transporte de energia ou que não haja capacidade para pagar as contas

da electricidade²⁴. Os bairros suburbanos apresentam-se muitas vezes à espera que as linhas lá cheguem.

O acesso caro e difícil à electricidade, associado ao limitado acesso aos equipamentos eléctricos, estão por detrás do recurso generalizado ao carvão e à lenha, não só na província mas, também, na cidade, com custos elevadíssimos para os magros orçamentos familiares.

f) Serviços de saúde e educação

A opinião dos entrevistados relativamente aos serviços de saúde é inconclusiva, e nalguns casos, como o da Polana-Caniço, fortemente negativa. Em geral, a qualidade não constituiu critério das respostas, preocupadas unicamente com o acesso. Todavia, mesmo onde disponíveis, os serviços de saúde apresentam uma situação precária generalizada. Segundo uma enfermeira do Posto do Infulene:

“Temos muito trabalho. Em Maio assistimos 453 crianças e 710 adultos aqui. Em Junho tivemos 290 crianças e 461 adultos. Não é fácil. Primeiro tínhamos 3 enfermeiras e um médico. Agora dizem que há falta de pessoal. Sou eu que faço tudo com a ajuda de um servente que vende os medicamentos e faz a limpeza. Eu trato de feridas e faço a triagem dos doentes para outros hospitais. É por isso que se formam aqui longas filas. Nunca tenho intervalos.”

(Fátima S., Infulene: 4 de Julho de 1996).

Em alguns casos, como no Bairro Militar, os moradores confirmaram um acesso relativamente fácil a um hospital quase privativo do bairro, o Hospital Militar. Em casos como o do Alto Maé, para além do seu posto de saúde de bairro, os moradores têm acesso

²⁴Os problemas apontados derivam do fornecimento errático de energia a nível de toda a cidade. Esta é alimentada por uma linha de transporte de energia que vem da África do Sul e que, durante a guerra, foi séria e repetidamente sabotada. A colocação de minas nas torres e postes, por parte das forças do Governo, para impedir mais sabotagens, criou uma situação em que é sempre difícil reparar secções avariadas da linha. Das 201 torres que existem do lado moçambicano consideradas como minadas, apenas 50 haviam sido “desminadas” até Junho de 1995.

fácil ao Hospital Central. Noutros casos, em que não há serviços de saúde directamente disponíveis, a situação é diferenciada. Por vezes, como na Malanga, há um acesso relativamente fácil a hospitais da vizinhança, como os hospitais José Macamo e do Chamanculo. Noutros, o acesso a serviços de saúde é dificultado pela precaridade das estradas e problemas de transporte – daí o forte protesto dos moradores da Polana-Caniço ou de Mahlazine. De qualquer forma, a situação apresenta-se melhor na cidade e mais difícil na província.

Quanto à educação, as respostas limitaram-se à escolaridade primária e a situação revelou-se muito melhor, com quase 87% de respostas positivas. O caso mais negativo foi o do Bairro Militar, apesar de haver muitas escolas nas suas cercanias. As queixas relacionavam-se com a falta de uma escola no interior do bairro²⁵. Alguns mostraram-se preocupados com a falta de escolas de nível secundário. Relativamente ao acesso à escola primária, não se notaram diferenças significativas entre as áreas urbana e rural.

g) Habitação

As entrevistas mostram que a maioria dos moradores vive em casa própria, uma maioria que, já clara na cidade, particularmente nos subúrbios e em bairros de crescimento rápido como Infulene e Polana-Caniço ou Mahlazine, se torna esmagadora na província. O aluguer de casas ocorre no centro da cidade, particularmente no Alto Maé, onde grande parte das casas é gerida pela estrutura estatal de habitação, a APIE²⁶, e no Bairro Militar, onde o Ministério da Defesa é proprietário de grande parte das casas.

²⁵Grande parte das queixas relacionam-se com o facto dos estudantes nocturnos, particularmente femininos, terem que percorrer ruas escuras de regresso a casa, uma vez que os serviços municipais não substituem a iluminação pública avariada.

²⁶Recentemente, e terminando um ciclo que vem desde a independência com a nacionalização da habitação, o Governo iniciou um programa de venda das casas geridas pelo Estado aos respectivos moradores. Ainda não há dados disponíveis sobre a abrangência do programa. De todos os nossos entrevistados, apenas um aderiu ao plano de compra da habitação onde vive.

Um pouco por toda a parte foram encontrados casos de famílias vivendo em casas de parentes, uma situação que se acentuou no tempo da guerra, altura de um grande êxodo para a cidade, em associação com a crise económica. Tais casos tendem actualmente a diminuir.

Nos subúrbios, as casas de auto-construção são de tijolo, zinco e materiais precários. Na província, quase 90% dos casos são de casas construídas com materiais precários.

h) Principais problemas dos bairros

A falta de dinheiro foi, como seria de esperar, geralmente considerada como o principal problema doméstico em todos os locais visitados. A pobreza é generalizada nos lares urbanos que, embora com maior acesso a infraestruturas e serviços, revelam grande vulnerabilidade na vida quotidiana. Como alguns disseram, tudo se pode obter na cidade desde que haja dinheiro. Mas se não há dinheiro também não há alternativas. Não há combustível lenhoso nas vizinhanças. Tem que se mendigar água junto de vizinhos. Não se pode alimentar as crianças. A única alternativa é pedir.

Por vezes os problemas surgiram de forma geral e indiferenciada, e em associação com sentimentos de revolta em relação à negligência das autoridades municipais.

“A situação do nosso bairro é muito má. Não temos lojas, quero dizer, comércio legal. Temos que suportar os preços do comércio ilegal nos ‘dumba-nengues’. O nosso mercado está numa situação intolerável. Quem me dera que tivéssemos um mercado organizado como o de Nhagóia. Não são só os preços. A falta de condições sanitárias no ‘dumba-nengue’ está a matar-nos. O nosso mercado está num estado muito precário e a única intervenção da municipalidade consiste em cobrar taxas e licenças. Não se preocupam em usar esse dinheiro para melhorar a situação do mercado ou controlar os preços. Já referi que aqui não temos posto médico. Quem estiver doente tem que caminhar cerca de 11 quilómetros (ou 8, se for pelo atalho) para chegar ao hospital mais próximo, em Bagamoyo. Houve uma altura em que o Governo nomeou um dos seus membros para representar os interesses de cada bairro. A nós calhou-nos Pedro Juma, mais tarde substituído por Baptista Cosme, o próprio presidente do Conselho Executivo da cidade de Maputo. Mas nada aconteceu. Nada fizeram. Temos também um sério

problema com o lixo. Nenhum carro do lixo municipal se daria ao trabalho de vir do centro da cidade só para recolher o nosso lixo. Como sabe, a acumulação de lixo pode ser causa de doenças muito graves. Os nossos talhões são pequenos, de apenas 400 m², só temos lugar para construir a casa, não há lugar para enterrar o lixo. Como vê, este bairro foi abandonado e esquecido pelas autoridades. Que podemos nós fazer?" (André J., Mahlazine: 4 de Junho de 1996).

As opiniões a respeito dos principais problemas dos bairros foram classificadas em quatro grandes categorias: criminalidade; organização (incluindo administração e papel das autoridades centrais e locais); infraestruturas (incluindo estradas, água, energia, saúde, escolas, etc.); e lojas (mercado). As entrevistas revelaram opiniões divididas, mas as primeiras três categorias sobressaíram claramente.

A tendência mais interessante e frequente era de atribuir quase todos os problemas à falta de organização da população a nível do bairro, contrastando a actual situação com a que vigorava no tempo do presidente Samora Machel, com a sua política de auto-organização dos bairros.

"Temos todo o tipo de problemas. Há grupos que vêm de outros bairros para cometer crimes e assaltar os moradores locais. A resposta está em nós próprios. Só se estivermos organizados é que seremos capazes de melhorar a situação e preservar o nosso maravilhoso bairro." (Sebastião Daniel M., Alto Maé: 9 de Setembro de 1996).

A falta de infraestruturas e serviços, também largamente reconhecida como fonte principal dos problemas de bairro, apresentou incidências diferentes de acordo com os diferentes perfis de bairro que atrás procurámos definir. Assim, se a relação entre moradores se mostrou excelente (72 respostas declararam gostar dos seus vizinhos contra apenas 4), os raros conflitos entre eles tinham, na sua base, problemas como as disputas no acesso à água encontradas na Malanga:

"A situação da água é muito má no nosso bairro. Mesmo aqueles que conseguem pagar a conta têm muitas vezes falta de água nas torneiras. Ou são os canos que não estão bons ou é o sistema que não tem pressão

para chegar a toda a gente. Como não temos fontenários nas redondezas somos obrigados a roubar água aos vizinhos. Quando somos apanhados o dono fica com as nossas latas. Isto dá muitas vezes origem a discussões muito sérias”.

(Lena N., Malanga: 23 de Maio de 1996).

No Bairro Militar, um dos problemas mais referidos é o da degradação das casas alugadas:

“A maior parte das casas do Bairro Militar tem buracos nos telhados. Quando vêm as chuvas sofremos muito. Se pelo menos o Governo decidisse vender-nos as casas onde vivemos, pelo menos alguns de nós faríamos trabalhos de reparação. Assim como estão as coisas não fazemos porque podemos ser expulsos a qualquer momento. Se as casas fossem nossas pode apostar que estariam bonitas e pintadas.”

(Talita Januário S., Bairro Militar: 23 de Maio de 1996).

À medida em que nos afastamos do centro da cidade para os subúrbios, a agricultura cresce em importância, crescendo também os problemas com ela relacionados:

“Eu actualmente sou camponesa do vale do Infulene, mas uma camponesa com muitos problemas. Como vê, não temos terras para cultivar. O secretário do bairro e o presidente do Conselho Executivo venderam as nossas terras a um empresário indiano que parece que vai construir qualquer coisa nelas. Estamos ansiosamente à espera de qual irá ser a atitude do novo proprietário. Formámos uma comissão para defender os nossos interesses. Essas terras ajudaram-nos a alimentar os nossos filhos e agora o Governo está a vendê-las. Até o comandante da policia da cidade está envolvido neste negócio. E nós perguntamo-nos: se o comandante da policia faz este tipo de negócio quem é que vai defender o povo? O empresário indiano diz que não tem medo das nossas queixas porque a policia nos vai tirar de lá. Então nós perguntamos: quem é que nos vai salvar, quem vai defender os direitos humanos se a policia está tão envolvida neste negócio escuro? Trabalhamos aqui desde 1960. Não queremos compensação [pela saída] porque sabemos que o pouco dinheiro que o indiano nos daria não iria durar mais que dois dias”.

(Angelina S., Infulene: 16 de Julho de 1996).

Finalmente, a corrupção e a criminalidade são também considerados dos problemas mais críticos:

“O principal problema na Polana-Caniço é a criminalidade, talvez porque o bairro não tem esquadra da polícia e os moradores não estão organizados. As pessoas podem ser assassinadas sem que a polícia intervenha. Há grupos que assaltam pedestres para lhes roubar as roupas. Entram nas casas à noite e roubam os canos para vender no Xiquelene [um mercado vizinho]. Os ladrões assaltam as casas em plena luz do dia! Na altura em que eu estava a fazer o meu trabalho fui atacado por um grupo de seis que me queria roubar o equipamento de gravação.”
(Desmobilizado Pedro M., assistente de investigação, Polana-Caniço: 18 de Julho de 1996).

“A criminalidade é excessiva no nosso bairro do Infulene! Roubos, ataques à mão-armada, assaltos a lojas, tudo. Normalmente são actividades levadas a cabo por jovens de bairros vizinhos. Fazem o ‘trabalho’ e voltam por onde vieram. As patrulhas da polícia são muito ineficazes. Outra razão da criminalidade é a venda de ‘chilalazane’ [aguardente caseira de ananás] à noite. Como sabe, sempre que há álcool em grande quantidade e as pessoas bebem muito, começam logo as discussões. Os ladrões aproveitam esta situação de confusão para roubar residências e mercados, para assaltar as pessoas nas ruas. Pedi autorização municipal para organizar e cobrar imposto aos vendedores de ‘chilalazane’, para estabelecer um horário de venda deste tipo de produtos. Precisamos de mais ordem. Os ‘ninjas’ [bandidos] vêm e matam pessoas. Eles têm os seus esconderijos e a polícia sabe onde são. Alguns polícias são eles próprios uns criminosos disfarçados. Aceitam dinheiro dos criminosos para os deixar prosseguir com as suas actividades. Nós prendemos os criminosos e a polícia deixa-os sair desde que paguem. Para acabar com a criminalidade precisamos de colaborar com a polícia para desmascarar os polícias corruptos. Temos que melhorar a organização do nosso bairro.”
(Ernesto Saútane Tingote G., secretário do bairro, Infulene: 3 de Julho de 1996).

4. A População Ex-Combatente de Maputo

a) A natureza do contingente

A população ex-combatente é difícil de definir. Na sua maioria são militares relativamente jovens recrutados nas décadas de setenta e oitenta, que lutaram na guerra durante vários anos e foram desmobilizados no quadro do PDR. Mas há também ex-combatentes que foram sendo desmobilizados ao longo da guerra, antes do PDR, ou velhos veteranos que lutaram em ambas as guerras (a da independência e a civil), alguns dos quais foram também desmobilizados no quadro da ONUMOZ.

“Treinei em Nachingwea e depois fui um ano para a União Soviética. No meu regresso participei na luta de libertação em Cabo Delgado até ao dia da independência. Em 12 de Dezembro de 1975 fui transferido para Maputo para esmagar a revolta do 17 de Dezembro. Em Janeiro de 1976 fui transferido para Manica onde permaneci até 1982. Ali, participei na luta contra os rodesianos. Presenciei massacres como o de Nyazonya, no qual tropas rodesianas mataram muitos zimbabueanos. Participei na reunião de Antigos Combatentes da Beira e em 1982 vim para um curso em Boane. Servi em Maputo até 1989. Em 1990 fui transferido para a Catembe para proteger os trabalhos da linha férrea. Depois fui para o Gilé, na Zambézia, onde servi entre 1992 e 1994. Depois do Acordo de Paz eu devia transitar para o novo exército mas obrigaram-me à desmobilização em 25 de Novembro de 1994. No entanto estou ainda à espera da minha pensão. Eles dizem que fomos desmobilizados fora do esquema da ONUMOZ. Não somos abrangidos pelo esquema da ONUMOZ nem por qualquer outro esquema. Só o Governo nos pode salvar, emitindo uma nova legislação de reformas. Mas no Governo são muitos e nós não sabemos a que ministro nos devemos dirigir. Sou chefe de família. Como é que posso alimentar os meus filhos? ONGs como a Kutima ou a OIM só fazem promessas mas nós não vemos nada e ficamos confusos aqui no Bairro Militar. A chuva pinga nas nossas casas porque não temos esgotos nem redes mosquiteiras nem telhas. Está tudo estragado. Além disso querem tirar-nos daqui, para Chiango, para pequenas casas como celas de prisão onde nem as nossas camas cabem. Nós dizemos que não se deve deitar fora a enxada velha, deve guardar-se no armazém. Nunca se sabe quando é que ela é outra vez necessária. É

isso que o Governo devia fazer connosco. Eles não sabem quando é que voltarão a precisar de nós”.

(Desmobilizado José Martins M., Bairro Militar: 20 de Junho de 1996).

Embora sejam mínimas as diferenças de origem dos ex-combatentes dos diferentes grupos (muitos foram mesmo camaradas de armas durante a guerra), o processo de desmobilização criou importantes diferenças de estatuto, particularmente no acesso aos benefícios que passaram a estar disponíveis:

“Não há nenhuma diferença entre nós e os outros [aqueles que foram desmobilizados no quadro da ONUMOZ]. Os programas de reintegração são inúteis. Nós, os que fomos desmobilizados em 1987 ou 1988, também precisamos de empregos. Também somos desempregados. Não somos ninguém, ninguém olha por nós. Os outros, os da ONUMOZ, tomaram conta do país.”

(Desmobilizado Alfredo Alberto J., Bairro Militar: 10 de Junho de 1996).

Embora incidindo nos ex-combatentes desmobilizados no quadro da ONUMOZ, que formam a esmagadora maioria dos nossos entrevistados, também abrangemos ocasionalmente alguns ex-combatentes de outros grupos.

b) A origem do contingente

A população ex-combatente da província e cidade de Maputo tem algumas características que a distinguem da do resto do país. O Quadro 1 revela que do total de 92.881 soldados desmobilizados no país só 1.543 (ou 1,66 por cento) nasceram na cidade de Maputo. Mostra também que 2.584 viviam na cidade de Maputo na altura em que foram recrutados. Maputo, conseqüentemente, não contribuiu com muitos de soldados para a guerra. A comparação destes dados com a coluna daqueles que optaram por viver em Maputo depois da guerra (7.399, ou quase 8 por cento) mostra claramente que a população ex-combatente de Maputo cresceu quase três vezes ou, por outras palavras, que quase dois terços dos desmobilizados da cidade de Maputo são “estrangeiros”, quer por critérios de local de nascimento quer de local de residência por alturas do recrutamento.

A província de Maputo, embora seguindo esta mesma tendência geral que ditou a quase duplicação da sua população ex-combatente (se tomarmos em conta os locais de nascimento e de estabelecimento após a desmobilização), mostra uma evolução mais suave, com um pico súbito no número de soldados registados para desmobilização (8.263, ou quase 9 por cento). Uma das principais razões deste súbito crescimento foi seguramente a “atraccão” exercida por Boane, onde se situa o quartel militar mais importante do país, local onde um grande número de soldados governamentais foi desmobilizado²⁷. Após a desmobilização, o número, embora mantendo-se mais alto do que o dos ex-combatentes originários da província, diminui drasticamente: certamente que muitos dos soldados desmobilizados na província se dirigiram posteriormente para a cidade de Maputo em busca de oportunidades de vida.

A guerra movimentou a população moçambicana de uma maneira sem precedentes, incluindo os militares do Governo e da Renamo. As entrevistas ilustram profusamente como os soldados, durante o serviço militar, operaram em várias províncias. Carlos Nhantumbo, do exército governamental, revela-nos a sua experiência da seguinte maneira:

“Entrei para as forças em Gaza, em 1981, onde recebi os primeiros treinos. Mais tarde fui transferido para a província de Manica e daí parti para treinos na União Soviética. Depois disso fui para a China e no regresso fui colocado em Pemba, Cabo Delgado, na unidade da DSR [Direcção de Segurança dos Responsáveis]. Em 1984 vim para Maputo, onde participei em pesados combates contra a Renamo. Testemunhei coisas horríveis, massacres como o de Homoine e outros. Em Setembro de 1985 fui enviado para o Zimbabwe para treinos. Tornei a voltar para a província de Maputo, desta vez para operar em Catuane, Namaacha e outros lugares. Fomos depois transferidos para Magude onde tive a pior experiência da minha vida. Dia e noite tínhamos que lutar para sobreviver, sem comida nem água. Tornámo-nos selvagens como cobras venenosas, como leões ou leopardos. Pela vida militar aprendi a ser

²⁷ Isto pode estar também associado ao facto da guerra, na sua fase final, se ter intensificado particularmente na província de Maputo.

esperto, a defender-me do inimigo. Pela vida militar conheci muito bem todo o país”.

(Desmobilizado Carlos João N., Polana-Caniço: 5 de Julho de 1996).

Os guerrilheiros da Renamo tiveram frequentemente o mesmo tipo de experiência diversificada:

“Nasci na província de Niassa. Fui recrutado pela Renamo na minha aldeia e logo a seguir fui transferido para a Maganja da Costa [Zambézia]. Nos anos seguintes lutei em muitos lugares: Cabo Delgado, Tete, Sofala, Inhambane e, finalmente, Gaza. Então trouxeram-me para Maputo para me desmobilizar e eu vim viver com o meu tio aqui para a Moamba. Eu não sou o único a lamentar a experiência na Renamo. Quase todos os antigos guerrilheiros da Renamo estão na mesma situação. Estou cansado. Quero esquecer o tempo que perdi a matar a minha família. Nós, moçambicanos, somos irmãos e irmãs mas passámos muito tempo a matar-nos uns aos outros.”

(Desmobilizado Artur M., Moamba: 7 de Agosto de 1996).

Trata-se de um contexto complexo em que os soldados se movimentavam de um lugar para o outro, não só com as suas unidades mas, também, individualmente. Por detrás dele está indubitavelmente a forma como a guerra se desenvolveu e foi conduzida pelos comandos militares. Maputo (a província e, particularmente, a cidade) foi a última etapa para um grande número de combatentes. quer devido à atracção exercida pela capital (onde se localizavam grande parte dos serviços), quer porque a guerra se desenvolveu para Sul, atingindo os arredores de Maputo na sua fase final.

Para além de ser sobretudo uma população “estrangeira”, como se referiu, é possível notar-se uma grande diversidade nos contingentes da cidade e província de Maputo, em termos de província de origem, estando todas as províncias representadas. Os Quadros 3 e 4 mostram os números por província de nascimento dos contingentes da cidade e província de Maputo nas diferentes fases do serviço militar, desmobilização e estabelecimento após a desmobilização.

Quadro 3:

Perfil dos Ex-Combatentes da Cidade de Maputo (com Percentagem do Total de Ex-Combatentes), Relativamente à Província de Nascimento

Província de nascimento	SDs colocados na cidade na altura da desmobilização	SDs registados na cidade para desmobilização	SDs estabelecidos na cidade após a desmobilização
C. Delgado	920 (011)	713 (009)	552 (007)
Niassa	485 (006)	410 (005)	346 (005)
Nampula	806 (009)	669 (009)	550 (007)
Zambézia	1.419 (017)	1.300 (018)	988 (013)
Tete	560 (007)	488 (008)	417 (006)
Sofala	648 (008)	600 (008)	456 (006)
Manica	416 (005)	375 (005)	268 (004)
Inhambane	1.211 (015)	1.119 (016)	1.248 (018)
Gaza	898 (010)	851 (011)	1.007 (015)
Maputo (P)	376 (004)	363 (005)	356 (005)
Maputo (C)	639 (008)	639 (008)	1.176 (016)
s.i.	35	27	35
Totais	8.413 (100)	7.553 (100)	7.399 (100)

Quadro 4:

Perfil dos Ex-Combatentes da Província de Maputo (com Percentagem do Total de Ex-Combatentes), Relativamente à Província de Nascimento

Província de nascimento	SDs colocados na província na altura da desmobilização	SDs registados na província para desmobilização	SDs estabelecidos na província após a desmobilização
C. Delgado	749 (011)	802 (009)	260 (007)
Niassa	297 (004)	350 (004)	186 (005)
Nampula	731 (011)	838 (010)	304 (008)
Zambézia	1.053 (016)	1.312 (016)	479 (012)
Tete	292 (004)	406 (005)	167 (004)
Sofala	496 (007)	642 (008)	209 (005)
Manica	370 (006)	461 (006)	145 (004)
Inhambane	1.215 (019)	1.536 (019)	529 (014)
Gaza	789 (012)	961 (012)	404 (011)
Maputo (P)	495 (007)	635 (008)	129 (003)
Maputo (C)	178 (003)	274 (003)	1.067 (027)
s.i.	35	46	22
Totais	6.700 (100)	8.263 (100)	3.901 (100)

Quadro 5:
Ex-combatentes de Maputo (Total e da Amostra), por Província de Origem
(e Percentagens dos Totais Respectivos)

Província de nascimento	Total de SDs na cidade	SDs entrevistados na cidade	Total de SDs na província	SDs entrevistados na província
C. Delgado	552 (007)	25 (011)	260 (007)	15 (010)
Niassa	346 (005)	14 (006)	186 (005)	8 (005)
Nampula	550 (007)	18 (008)	304 (008)	18 (012)
Zambézia	988 (013)	11 (005)	479 (012)	14 (009)
Tete	417 (006)	7 (003)	167 (004)	10 (006)
Sofala	456 (006)	8 (003)	209 (005)	12 (008)
Manica	268 (004)	14 (006)	145 (004)	12 (008)
Inhambane	1.248 (018)	67 (029)	529 (015)	28 (018)
Gaza	1.007 (015)	41 (018)	404 (010)	26 (017)
Maputo (P)	356 (005)	8 (004)	1.067 (027)	8 (005)
Maputo (C)	1.176 (016)	15 (007)	129 (003)	4 (002)
Totais	7.399 (100)	228 (100)	3.901 (100)	155 (100)

Fonte: Pardoel 1996 e dados das entrevistas.

O conjunto dos 228 e 155 soldados desmobilizados entrevistados respectivamente na cidade e província de Maputo revela um quadro não muito diferente do panorama geral, seguindo as ligeiras diferenças a mesma ordem em escala de importância. O Quadro 5 compara o contingente total de Maputo com o grupo de entrevistados. Para além da grande diversidade revelada nos dois casos, é possível verificar que as províncias de origem mais relevantes, em termos dos seus contingentes, são, em primeiro lugar, as províncias meridionais (particularmente Inhambane e Gaza), e em segundo a Zambézia (a província que “produziu” o maior contingente em termos absolutos). Neste aspecto, o quadro geral e o nosso grupo de entrevistados não apresentam resultados muito diferentes.

A prevalência de Inhambane, que aparece regularmente com o maior contingente excepto no caso do quadro geral da província de Maputo, no qual figura em segundo lugar com 15 por cento, pode ser explicada pela sua proximidade em relação a Maputo, que favoreceu transferências de soldados, além de estar também historicamente baseada numa velha tradição de migração de Inhambane para Maputo.

Reciprocamente, Inhambane é a província que apresenta maior déficit (3,84 por cento), correspondendo ao estabelecimento fora da província de 1.310 dos seus ex-combatentes, seguida de Gaza, que “perdeu” 1.170²⁸. Ainda uma razão da proeminência de Inhambane na nossa amostra – há que reconhecê-lo – pode ter sido o facto de, na falta de dados e endereços a nível de bairro, a selecção das entrevistas ter seguido as redes informais de soldados desmobilizados²⁹.

O contingente entrevistado mostra a clara prevalência de soldados desmobilizados oriundos de Inhambane em bairros “estáveis” como a Malanga, onde os recém-chegados dificilmente obtêm um terreno onde construir as suas casas, e está de acordo com a migração histórica de Inhambane para Maputo (referimo-nos à Malanga como um bairro “abastecedor” de mão-de-obra para o porto e caminho-de-ferro de Maputo). É possível que eles constituam os poucos soldados desmobilizados que se estabeleceram ali devido aos laços de solidariedade familiar. Por outro lado, a proeminência de ex-combatentes de Cabo Delgado verificada no Bairro Militar pode explicar-se pelo facto de desde a independência, em 1975, os veteranos de guerra terem tendido a estabelecer-se ali (a importância dos guerrilheiros oriundos de Cabo Delgado na luta da independência é bem conhecida).

Relativamente à província de origem, a comparação entre chefes de agregado com e sem ex-combatentes assinala um primeiro contraste substancial e importante. No caso dos chefes de agregado sem ex-combatentes a diversidade da origem provincial é muito menor. Os entrevistados “civis” em Mahlazine, Malanga, Infulene e Moamba, por exemplo, referiram apenas Maputo, Gaza e Inhambane como províncias de origem. Abordaremos mais adiante as consequências deste facto.

²⁸Ver Pardoel 1996: quadro 7. Inhambane foi a província com mais elevada percentagem de soldados locais servindo na província em que nasceram, com mais de 80%.

²⁹Há também que reconhecer aqui a possível distorção resultante do facto do nosso mais activo assistente de campo ser, ele próprio, um soldado desmobilizado oriundo de Inhambane.

c) Perfil dos ex-combatentes de Maputo

A maior parte do total do contingente de ex-combatentes (cerca de 88 por cento) tinha entre 21 e 40 anos de idade na altura da desmobilização. A nossa amostra revela exactamente a mesma percentagem de 88 por cento para os dois grupos de idade referidos, apesar de haver dois anos de separação entre a recolha dos dados do contingente nacional e a nossa amostra.

A conjugação dos dados relativos ao ano de recrutamento com o número médio de anos passados no exército revela um padrão de ex-combatentes muito jovens na altura do seu recrutamento. Em média, os nossos entrevistados passaram 10,7 anos na vida militar.

“Fui para o serviço militar quando tinha 20 anos de idade. Eu era demasiado jovem, como uma criança, e portanto não tinha coragem para enfrentar o inimigo, para ver mortos, para passar fome. Não tínhamos água para beber. Nessa altura a guerra era muito forte e eu fui levado para o mato sem treinar. Levaram-me para longe da minha aldeia para que eu não pudesse desertar e voltar para casa. Onde estávamos passámos muitas dificuldades, não só devido à fome e à falta de água mas também por causa dos animais selvagens. Lembro-me de ter sido mordido por uma cobra e de sofrer muito porque não tínhamos assistência médica. Todos os dias pensava em desertar mas tinha medo dos animais. Esperei com toda a paciência até ser desmobilizado no ano passado”.

(Desmobilizado Anacleto Saúl S., Polana-Caniço: 10 de Julho de 1996).

Entre outras, uma importante implicação dessa situação é que muitos jovens recrutas deixaram as escolas e outras actividades de formação quando entraram para o exército (Borges Coelho e Vines 1995).

d) O padrão familiar dos ex-combatentes de Maputo

Na altura do registo para a desmobilização, 50 por cento dos ex-combatentes a nível nacional eram casados e 42 por cento solteiros (Pardoel 1996: quadro 34). Nos dois anos que se seguiram as coisas evoluíram muito a este respeito. Um inquérito do UNDP/RSS junto de 1.000 soldados desmobilizados, concluído em Maio de 1996, mostra que o seu estado civil evoluiu de 20,9 por cento de solteiros e 77,2 de

casados na altura da desmobilização para 8,7 por cento de solteiros e 87,3 de casados na altura da conclusão do inquérito³⁰.

Os resultados das nossas entrevistas estão de acordo com o padrão geral de elevada percentagem de casados na população ex-combatente, com 86% de casados e 11% solteiros. Além da consideração geral que o casamento constitui um bom indicador de reintegração, qualquer que ela seja, tal tendência sugere claramente que grande percentagem dos casais são “novos”, constituídos nos últimos anos.

Por outro lado, a relativa juventude dos ex-combatentes, o facto de eles terem vindo sobretudo de outras províncias, o acentuado aumento de casamentos após a desmobilização, a falta de meios para viajar para as suas províncias de origem – todos estes factores concorrem para sugerir o casamento local senão como padrão pelo menos como recorrente. Voltaremos a este assunto, particularmente quando analisarmos o importante impacto deste factor na economia doméstica dos ex-combatentes.

A análise das famílias de ex-combatentes é relativamente complexa, tanto devido à falta de dados sobre a população total como porque a nossa amostra é bastante limitada em alguns bairros, particularmente na Malanga e Mahlazine. De qualquer forma, foi possível apurar uma média de 3,3 crianças por família de ex-combatentes.

O inquérito UNDP/RSS a 1.000 soldados desmobilizados de todo o país, acima referido, revela uma média de 7 pessoas por agregado (UNDP/RSS 1996: quadro 4). A média da nossa amostra, da ordem das 6 pessoas por agregado, não é substancialmente diferente, embora em alguns casos seja bastante distorcida pelo número limitado de casos.

As médias tendem a ser mais elevadas na cidade e mais baixas na província. Ao mesmo tempo, a correlação de 6 pessoas e 3 crianças por agregado indica uma pessoa extra por agregado, exterior à família

³⁰UNDP/RSS 1996: quadros 2 e 3. Na nossa análise amalgamámos as categorias de “casados legalmente” e “casados tradicionalmente” (casamento informal ou casamento segundo regras tradicionais mas não registado oficialmente).

nuclear³¹. A razão principal desta situação deve ter sido a fuga das áreas rurais para a cidade provocada pela guerra, associada ao facto que muitos soldados desmobilizados de Maputo, desprovidos de habitação própria, terem procurado instalar-se em casas de parentes.

“O meu agregado familiar é formado por 9 pessoas e vivemos todos sob o tecto do meu tio. Ele queixa-se das despesas porque o resto da família não ganha nenhum dinheiro. No meu caso, nem sequer recebo a minha pensão. Primeiro preciso de dinheiro para corromper alguém no serviço de pensões para que eles acelerem os procedimentos burocráticos. Tenho um filho de 9 anos e a minha mulher está grávida. O meu tio não está contente e eu preciso de dinheiro para comprar um terreno onde construir a minha casa”.

(Desmobilizado João Carlos M., Polana-Caniço: 5 de Julho de 1996).

Nas zonas rurais, onde os terrenos para construir casas são em princípio mais fáceis de obter, o número médio de pessoas por agregado tende a ser mais baixo.

A comparação destes com agregados sem ex-combatentes não revela diferenças substanciais relativamente ao tamanho e composição. O agregado médio era de 3 crianças e 6 pessoas, portanto ligeiramente maior daquilo que é normalmente considerado como a média nacional de 5 pessoas por agregado. A Polana-Caniço, por exemplo, que forneceu 21 entrevistas a agregados sem ex-combatentes, tem as mesmas médias, sendo o tamanho do agregado ligeiramente mais elevado e o de crianças por agregado exactamente o mesmo. O Alto Maé mostra a mesma situação desequilibrada, com uma média de 3 crianças e uma composição de agregado de 7 pessoas, portanto com 2 “estranhos” por agregado.

e) O padrão de habitação

Relativamente ao padrão de habitação dos soldados desmobilizados, o estudo do UNDP/RSS apresenta 81 por cento de ex-combatentes

³¹A ocorrência de casos de bigamia foi extremamente rara nas nossas entrevistas.

vivendo em casa própria, apenas 2 por cento alugando casas e 14 por cento vivendo em casa de parentes (UNDP/RSS 1996). A informação fornecida pela nossa amostra, embora revelando a mesma tendência de uma eloquente maioria de ex-combatentes vivendo em casa própria (56,3 por cento), deixa perceber algumas dissemelhanças esperadas, devido ao perfil dos bairros visitados.

A maioria de proprietários de casas é particularmente clara na província de Maputo (Boane e Moamba) ou em bairros suburbanos como Polana-Caniço e Mahlazine, onde é relativamente fácil aos ex-combatentes ter acesso a terrenos onde construir as suas casas. Pelo contrário, bairros tipicamente urbanos como o Alto Maé ou o Bairro Militar, no centro da cidade, não têm já espaço para construção e, portanto, os ex-combatentes que ali se estabeleceram tiveram que alugar casas, principalmente ao APIE, o serviço estatal de aluguer de casas, no primeiro caso, ou ao Ministério da Defesa no segundo.

Referimos já a situação particular do Bairro Militar, onde a maioria dos moradores aluga casas ao Ministério da Defesa. É ele que detém igualmente a mais elevada percentagem de famílias de soldados desmobilizados que declaram viver em casa de parentes. Observámos já que por detrás desta situação esteve a guerra, o estabelecimento muito recente dos ex-combatentes e a crise económica generalizada. Espera-se, assim, que tal situação tenda a decrescer devido à pressão dos proprietários das casas e às novas oportunidades criadas pela paz nas zonas rurais, assim como ao aumento das oportunidades de estabelecimento para as famílias dos soldados desmobilizados, à medida que o tempo passa. Contudo, também aqui as diferenças entre os agregados com e sem ex-combatentes são muito menos substanciais do que seria de esperar, uma vez que os segundos também tiveram que acolher parentes fugidos à guerra nas zonas rurais. Na nossa amostra não encontramos nenhum caso de aquisição de casas ao Estado por ex-combatentes, situação já bastante rara no caso dos agregados sem ex-combatentes.

O facto da maioria da população (incluindo os soldados desmobilizados) declarar possuir as casas onde vive, com as excepções mencionadas, não deve esconder a má qualidade da habitação. O inquérito UNDP/RSS revelou que 87 por cento das casas eram construídas em “material local” e apenas 11 por cento em

alvenaria. Na Moamba, por exemplo, dos ex-combatentes que declararam viver em casa própria, 85 por cento tinham casas construídas de materiais precários e 15 por cento de alvenaria. Nos bairros suburbanos, embora se notem pequenas diferenças, com maior percentagem de casas de alvenaria, tal não significa melhor qualidade de habitação, o mesmo acontecendo em locais como o Bairro Militar, onde a degradação das habitações de cimento é notória.

5. A Economia Doméstica dos Ex-Combatentes

a) A ocupação dos ex-combatentes

Não é fácil analisar a ocupação dos ex-combatentes devido à “mobilidade ocupacional”, aos valores culturais e, particularmente, à imprecisão das respostas dos entrevistados, distorcidas por expectativas frustradas e sentimentos de revolta. Muitos ex-combatentes, particularmente aqueles que se dedicam ao “comércio informal” nos *dumba-nengues*, mudam frequentemente de ocupação à medida que surgem novas oportunidades e outras deixam de existir. Por outro lado, o trabalho assalariado é frequentemente o único que se considera propriamente como ocupação e, conseqüentemente, muitos homens envolvidos em actividades informais tendem a considerar-se desempregados³².

“Juntei-me à Renamo em 1983 na minha zona, no Mossuril, Nampula. Treinei na base de Tome, em Inhambane. Fui desmobilizado aqui na base de Ngungwe, na Moamba. Não beneficieei de nenhum programa de reintegração. Não consegui encontrar emprego. Sou desempregado. Faço machamba, principalmente milho e feijão. Também tenho 35 vacas.”
(Desmobilizado Ismael Abdul M., Moamba: 7 de Agosto de 1996).

Em alguns casos, os ex-combatentes declaram-se desempregados na esperança de conseguirem algum benefício do inquiridor.

³²Foram considerados desempregados apenas os ex-combatentes que declararam “não fazer nada”. Aqueles que se consideraram desempregados mas fazendo “outras coisas” (pequenos negócios, agricultura, etc.), foram considerados ocupados.

“Sou desempregado. Não consegui encontrar emprego. Para sobreviver e alimentar os meus filhos faço pequenos trabalhos de serralharia e mecânica para os militares do quartel de Maguianine. Às vezes vou a Matutuine cortar árvores. Mas isso não é nada. Preciso de um emprego. Pode ajudar-me?”

(Desmobilizado Pedagogo M., Mahlazine: 2 de Maio de 1996).

Apenas 8 por cento dos entrevistados não encontraram, depois da desmobilização, qualquer tipo de ocupação, uma percentagem muito mais baixa do que seria de esperar. Muitas vezes, mesmo os ex-combatentes que se declaram desempregados tem esposas ou outros parentes que os apoiam diariamente.

“O exército trouxe-me do Niassa para Maputo. Não trabalho, nem sequer faço pequenos negócios. A minha mulher vende pequenas coisas. É ela que me alimenta. Os meus filhos estudam às vezes, às custas deles. Não sei como é que eles conseguem. Não tenho família que me ajude. O problema é que nós os desmobilizados não temos um Governo que nos ajude. No campo de batalha éramos considerados pessoas! Como eu tenho saudades dos tempos do inesquecível presidente Samora Machel! Se Samora fosse vivo tenho a certeza que as coisas estariam muito melhor. Chissano não é nada. O governo do Chissano não vale uma quinhenta!”

(Desmobilizado Pedro M., Infulene: 2 de Julho de 1996).

Tal situação é mais frequente no caso da minoria que continua solteira:

“O meu nome é Abílio Djeke C., tenho 28 anos de idade e fui desmobilizado aqui em Corumane, Moamba. Fiquei aqui porque não tinha outro sítio para onde ir e o meu tio disse-me que podia ficar com ele. Não cheguei a estudar muito porque era muito novo quando entrei para a tropa. Actualmente não faço nada, estou desempregado. Não tenho machamba nem gado nem nada. Nem sequer tenho mulher ou filhos. O meu tio é a minha única família. Ele toma conta de mim.”

(Desmobilizado Abílio Djeke C., Moamba: 12 de Agosto de 1996).

Casos de “desemprego profundo” parecem ser mais raros e aparecem associados a frustração grave, reintegração difícil e perspectivas muito negativas relativamente ao futuro.

“Servi na base aérea militar de Mavalane como técnico altamente qualificado. Treinei na Bulgária em 1982. Fui desmobilizado em Agosto de 1994, instalei-me aqui, construí a minha casa e comecei à procura de um emprego compatível. Continuo à procura. Entretanto a minha mulher deixou-me e levou o nosso filho de 15 anos com ela. Fiquei só. A minha família está em Nampula, muito longe portanto para me ajudar. Não faço trabalhos eventuais, só sobrevivo. Todas as tentativas para beneficiar dos programas de reintegração falharam. Uma vez tentei começar um negócio mas não me apoiaram. O meu único plano agora é sair deste país. Tenho os papéis em ordem. Estou cansado de ver quebrar todos os ramos a que me agarro. É difícil ter planos pessoais numa situação caótica como esta.”

(Desmobilizado Agostinho José P., Mahlazine: 9 de Junho de 1996).

Dos que se consideram ocupados, a maioria encontrou, após a desmobilização, emprego como guarda de segurança (quase 24 por cento do total de entrevistados). Se, por um lado, tal tipo de emprego representa o importante e positivo papel de garantir ocupação ao contingente (ajudando portanto a reintegrá-lo), por outro ele também indica que os programas de reintegração, particularmente os destinados a fornecer novos conhecimentos e aptidões, não alteraram a situação de maneira profunda: empregos relacionados com a segurança são aqueles que apresentam mais semelhanças com aquilo que os ex-combatentes faziam antes da desmobilização o que, de certa forma, contraria um dos princípios da reintegração, que é o de manter os ex-combatentes dispersos e “longe das armas”.

A categoria de “guardas” compreende uma vasta gama de actividades, desde as dos guardas individuais de lojas e residências ao emprego em empresas especializadas em segurança, que se multiplicaram após o Acordo de Paz. A primeira inclui normalmente os mais idosos e reformados e constitui muitas vezes uma “segunda profissão”, em que os guardas, munidos de cacetes e outros instrumentos improvisados, protegem residências, lojas e outras instalações à noite.

“O meu trabalho é guardar a casa de um indiano que só me paga 250 mil meticais, ou seja, nada. Não me preocupei em procurar programas de reintegração porque este país é dirigido por máfias. Ninguém se interessa por mim. Nem a Frelimo nem a Renamo nos querem ajudar. Utilizaram-nos durante a guerra mas agora estão bem e esqueceram-se de nós. Mas é melhor terem cuidado porque um dia destes nós desmobilizados vamos fazer alguma coisa!”

(Desmobilizado Henrique Simão S., Infulene: 1 de Junho de 1996).

O trabalho nas empresas de segurança é bastante diferente, uma vez que os que o praticam são sujeitos a treino paramilitar, envergam uniformes e utilizam veículos, comunicações-rádio e diversos tipos de armas³³. É aqui que se inscreve a esmagadora maioria dos ex-combatentes empregados como guardas. Em geral, eles queixam-se dos baixos salários auferidos nessas empresas de segurança e alguns estão lá apenas enquanto não surgem melhores oportunidades. Nem sempre essas empresas controlam os seus homens e os jornais têm reportado casos em que guardas assaltam eles próprios as instalações que supostamente deveriam proteger. Por outro lado, alguns dos entrevistados declararam trabalhar em empresas deste tipo mas não licenciadas e de contornos nem sempre claros.

O emprego nas empresas de segurança, fornecendo salários regulares (mesmo se baixos) e envolvendo o fascínio do uniforme, parece corresponder ao padrão de aspirações dos ex-combatentes. Na cidade, alguns bairros como o Alto Maé, o Bairro Militar, a Malanga, e particularmente a Polana-caniço e o Infulene, parecem especializados em albergar ex-combatentes empregados como guardas de segurança.

Na província, particularmente na Moamba, onde as companhias de segurança não têm mercado, a maioria dos guardas inscreve-se naquilo que considerámos como primeira categoria, de guardas

³³Nas entrevistas foram mencionadas pelo menos sete companhias de segurança na cidade, nomeadamente Delta, Protege, Alfa, Sosep, Securitas, Tivonele e Bassopa.

individuais empregados directamente por proprietários para proteger as suas instalações.

A segunda categoria mais importante da nossa amostra é a dos pequenos comerciantes e vendedores ambulantes que actuam nos *dumba-nengues* (22 por cento do total). Mais ainda que a primeira, esta categoria inclui uma grande variedade de ocupações. Alguns são bem estabelecidos comerciantes cujo âmbito de actuação chega a províncias distantes:

“Sou de Vilankulo, na provincia de Inhambane. Juntei-me à Renamo em 1983, na altura em que eles atacaram lá o quartel, mataram 33 milicianos e raptaram alguns de nós. Lutei em todas as províncias do Sul e acabei na base Ngungwe, na Moamba. A minha experiência foi tão triste que não quero falar dela. Talvez em outra ocasião! Actualmente vivo de negócios. Compro capulanas aqui em Maputo e troco-as por milho em Manica. Trago o milho para cá e vendo-o no mercado. É a minha mulher quem me vende o milho. Os meus filhos também ajudam quando não têm escola. A situação é má e isto é tudo culpa do Governo e das Nações Unidas, que continuam a prometer-nos palavras vazias. Felizmente não tenho razões de queixa. A minha vida não é assim tão má.”

(Desmobilizado Albertino Alfredo N., Alto Maé: 1 de Outubro de 1996).

Outros, muito mais modestos, vendem pequenos artigos como cigarros, vegetais ou pão, ao longo dos passeios.

“Sou de Catandica, Manica. Fui desmobilizada aqui em Maputo e todas as minhas candidaturas para os programas de reintegração da OIM e da Kulima falharam. Fiquei portanto desempregada. O meu marido abandonou-me e eu vivo com os meus dois filhos e dois sobrinhos. Não tenho cá família que me possa ajudar e o pai dos meus filhos não quer saber. O meu trabalho é comprar cigarros para vender no passeio. Quase que nem dá para comprar pão para as crianças.”

(Desmobilizada Fátima M., Bairro Militar: 10 de Junho de 1996).

O comércio no *dumba-nengue* aparece como importante actividade (segunda, depois dos guardas, ou mesmo primeira no caso da Moamba) tanto na cidade como na província. Para além das diferenças

“verticais” acima referidas, também a caracteriza uma diversidade “horizontal” ou adaptação à vida dos diversos bairros. De facto, se em bairros tipicamente urbanos como o Alto Maé se negocia uma vasta gama de produtos, a Malanga revela alguma “especialização” em carvão e combustível lenhoso, tal como os comerciantes do Infulene tendem a trazer os seus produtos agrícolas (particularmente legumes) do seu bairro para vender nos mercados da cidade, e o comércio na Moamba parece estreitamente relacionado com as actividades da pesca.

“A guerra foi uma experiência muito má porque fui atingido por uma mina. Fui desmobilizado na Matola em 24 de Agosto de 1994, como deficiente. Foi bom ter saído do exército porque os anos passavam e eu sentia que estava a ficar velho. Como estava no campo, pensei que a pesca seria uma boa actividade para mim. Foi por isso que vim para a Moamba. Agora sou pescador por conta própria. A minha mulher vende o meu peixe no mercado.”

(Desmobilizado Francisco Acóssimo B., Moamba: 14 de Agosto de 1996).

Em terceiro lugar, por importância, estão três categorias ocupacionais: Polícias, Agricultura e Empregados. A primeira ocorre um pouco por toda a parte e é particularmente evidente no Alto Maé, correspondendo a um perfil de ex-combatentes já estabelecidos, empregados pelo Estado e pagando o aluguer das suas casas. Embora sendo uma profissão de alguma maneira relacionada com a sua antiga situação militar³⁴, o trabalho na polícia aparece como importante apenas no Alto Maé, envolvendo ex-combatentes não só do Governo mas, também, da Renamo.

“Tenho 28 anos de idade e nasci em Mocuba, Zambézia. Sou polícia no Quartel Nacional da Polícia. Como o meu salário (só 680 mil meticais)

³⁴Ao longo de todo o processo de implementação do Acordo de Paz a Renamo acusou o Governo de tentar transferir homens do exército para a polícia, de forma a assegurar o controle da transição.

não é suficiente, os meus pais ajudam-me sempre que podem. A minha mulher faz negócio informal no dumba-nengue.”

(Desmobilizado Jeremias António M., Alto Maé: 28 de Agosto de 1996).

“Fui recrutado pela Renamo quando regressava da escola, na minha aldeia, em Nampula. Comecei por operar em Cheringoma e, mais tarde, em Matsekenya. Fui desmobilizado em Maringwe, em 1995. Actualmente sou polícia na força de protecção do nosso líder Afonso Dhlakama. Ganho 700 mil meticais por mês. A minha mulher vende pequenas coisas no mercado. Os meus filhos ajudam a mãe sempre que podem.”

(Desmobilizado Valério Acácio M., Alto Maé: 25 de Setembro de 1996).

A agricultura, embora relativamente importante³⁵, tem uma ocorrência bastante modesta na cidade, como ocupação masculina, por razões óbvias. Está concentrada na Moamba (75 por cento do total de casos), o local mais adequado em termos da qualidade e disponibilidade de terras.

“Vim de Morrumbene, Inhambane. Primeiro fui militante da Frelimo mas mais tarde passei-me para a Renamo. Fui desmobilizado na base de Ngungwe, em 1994. O meu trabalho é a agricultura. Tenho um campo com 3 hectares onde cultivo milho, mapira, feijões, mandioca e vegetais. Também tenho 28 vacas, assim como galinhas e perús. É uma boa vida, melhor que a da cidade. Gostaria que os programas de reintegração me ajudassem com um empréstimo em dinheiro para investir.”

(Desmobilizado Abílio Jaime C., Moamba: 7 de Agosto de 1996).

Apesar da adequação das suas terras, a posição modesta de Boane deve-se eventualmente ao facto da pesquisa não ter abrangido o interior do distrito. Os dois casos do Alto Maé correspondem a ex-combatentes já bem estabelecidos que vivem na cidade mas têm machambas nos arredores.

A categoria dos Empregados, é pouco definida e refere-se aos ex-combatentes assalariados em organismos do Estado, companhias privadas, comércio, etc. É claramente a categoria privilegiada pelos

³⁵Foi uma categoria ocupacional particularmente privilegiada pela estratégia de reintegração, como vimos.

ex-combatentes, apesar dos salários serem geralmente baixos: auferir um salário regular é visto pela maioria como um sinal de estabilidade, reintegração e estatuto social. Embora na sua maioria os ex-combatentes não tenham conseguido utilizar, após a desmobilização, a formação de que beneficiaram no serviço militar³⁶, alguns, particularmente motoristas, mecânicos e operadores de rádio, conseguiram encontrar empregos relacionados com as aptidões obtidas nessa altura.

“Tenho 32 anos de idade e vim de Vilankulo, Inhambane. Durante a guerra fui operador de telecomunicações no batalhão que protegia a Hidrocarbonetos de Moçambique. Depois da guerra ofereceram-me emprego e continuo como operador de telecomunicações nessa mesma companhia.”

(Desmobilizado Artur Jorge M., Alto Maé: 26 de Setembro de 1996).

Em princípio, a incidência dos Empregados é mais importante na cidade, onde se localizam a maior parte das oportunidades de emprego. No Alto Maé, Bairro Militar e Malanga, os casos encontrados são sobretudo de ex-combatentes empregados por casas comerciais. A incidência na província (Boane e Moamba), não negligenciável, tem a ver com a construção de estradas e, particularmente, com as barragens dos Pequenos Libombos (Boane) e da Corumana (Moamba). Contudo, as entrevistas indicaram claramente que tais actividades estavam a ser reduzidas e que dezenas de contratos de curta-duração estavam a terminar, o que provoca uma redução drástica nas oportunidades locais de emprego.

Em seguida, em termos de ocorrência absoluta, surgem três categorias: Pescadores, Lenhadores e Artesãos. As primeiras duas estão inteiramente concentradas na Moamba. A pesca tornou-se importante nesta região com o surgimento da albufeira da Corumana,

³⁶Por razões óbvias, o manuseamento de armas deixou de ser de utilidade. Entre os outros conhecimentos situa-se o caso clássico dos operadores da força aérea, particularmente os pilotos de helicópteros e aviões de combate. Muitos militares fizeram cursos altamente especializados no exterior, que agora não são de qualquer utilidade.

e absorve um grande número de ex-combatentes não só do Governo, desmobilizados na região, mas também da antiga base Ngungwe da Renamo. Mesmo em Maputo, a deslocação para Corumana foi muitas vezes referida nas entrevistas como passo para ultrapassar a presente crise.

“Sou de Nampula e fui desmobilizado aqui na Moamba. Sou pescador na albufeira da Corumana e trabalho sózinho. Não tenho patrões. A minha mulher vende coisas no mercado e temos uma machamba de 3 hectares onde cultivamos milho e mapira. Tenho também 8 vacas, alguns cabritos e patos. Os meus filhos tomam conta da machamba quando a mãe está a vender no mercado. Os meus planos são manter as crianças na escola e desenvolver a minha actividade de pesca.”

(Desmobilizado Daniel Mário M., Moamba: 7 de Agosto de 1996).

O corte de árvores, normalmente ilegal, não é considerado uma boa ocupação, dado que o seu futuro é incerto como o é o rendimento diário que cria. O envolvimento dos ex-combatentes no corte de lenha e no negócio do combustível lenhoso em geral, é muito parcial: limita-se ao corte de árvores no mato, que é muito arriscado. Têm que negociar permissão (e eventuais compensações) com as comunidades locais. Têm que evitar cuidadosamente os fiscais³⁷. Seguidamente, têm que negociar com os transportadores para levar a lenha para os mercados da cidade de Maputo. Por vezes vendem a lenha no local onde a cortaram, outras têm que a transportar para locais de recolha. Esta actividade é normalmente levada a cabo por ex-combatentes de “baixa extracção” e, na nossa amostra, ocorre exclusivamente na Moamba e em Boane.

“Trabalhei durante 6 meses a reparar estradas mas disseram-me que o contrato terminara, que já não precisavam de mim. Tentei encontrar outro emprego nos Caminhos de Ferro de Moçambique mas disseram-me

³⁷Nenhum dos entrevistados se daria ao trabalho de tratar da papelada necessária para obter autorizações de corte de madeira, uma atitude típica do padrão de comportamento dos ex-combatentes, extremamente cépticos em tudo o que respeita à relação com os serviços do Estado.

que com 42 anos eu já era muito velho. Então decidi comprar um machado e começar a cortar árvores em Matutuine. Às vezes os moradores locais não querem que um estranho chegue ao seu lugar e comece a cortar as árvores. Mas eu tinha lá um amigo que me apresentou ao régulo. Ele disse que como eu era parente de uma pessoa que ele conhecia eu podia fazer o meu serviço. Claro que para mim era melhor se arranjasse um transporte para poder vender as árvores a melhor preço. Mas o local onde eu trabalho é muito longe e os fiscais não vão tão longe dentro do mato. Eu vendo as minhas árvores no local onde as abato a compradores de Boane ou Maputo. São eles quem, no regresso, têm que enfrentar a polícia.”

(Desmobilizado Augusto A., Boane: 27 de Junho de 1996).

“Fui desmobilizado porque eles trouxeram uma lista daqueles que tinham que deixar o exército e o meu nome estava lá. Venho de longe, de Cabo Delgado, e fui desmobilizado em Boane. O meu trabalho é apenas cortar árvores no mato. Não é uma coisa nada boa. Não tenho mulher nem filhos. O meu plano é deixar esta vida e voltar para a minha terra.”

(Desmobilizado Armelindo J., Moamba: 8 de Agosto de 1996).

Os artesãos, aqui considerados como os que se envolvem em pequenas actividades por conta própria como sapateiros, latoeiros, canalizadores, mecânicos, electricistas, pedreiros, carpinteiros, etc., são a categoria que melhor deveria reflectir o esforço dos programas de reintegração, particularmente orientados para dar formação e instrumentos de trabalho para que os ex-combatentes possam iniciar actividades de auto-emprego. Espalhados em modestas ocorrências nas zonas urbanas e rurais, alguns deles lutam para sobreviver enquanto que outros parecem razoavelmente bem sucedidos.

“Nasci em Jangamo, Inhambane. Casei-me há 10 anos e tenho 3 filhos com 20, 17 e 13 anos de idade. Sou pedreiro e trabalho por conta própria, sem patrões. Tem sido uma boa ocupação e ganho cerca de 3 milhões e meio por mês. Os meus filhos também me ajudam, sempre que a escola lhes deixa tempo para tal. A minha mulher vende verduras no Mercado Central.”

(Desmobilizado Paulo João M., Alto Maé: 19 de Setembro de 1996).

Os operários incluem ex-combatentes empregados em fábricas e distinguem-se aqui dos artesãos pelo facto de trabalharem para um empregador. Considerada uma boa forma de vida e de integração pela maioria dos ex-combatentes (mais uma vez sobretudo pela regularidade dos salários), é uma ocupação relativamente privilegiada porque o mercado está saturado e a oferta neste campo é muito reduzida, sobretudo confinada à construção civil. Os operários da nossa amostra concentram-se no Alto Maé.

“O meu nome é Francisco J. Tenho 34 anos e sou oficialmente casado, com 4 filhos. Trabalho numa oficina de mecânica e a minha mulher vende alimentos no dumba-nengue. Todos os meus filhos estudam e o mais velho também trabalha. Não ganho mal, apesar de não ser completamente satisfatório (é da natureza humana querer sempre mais). Tive sorte porque me candidatei a um programa de reintegração e meteram-me num pequeno curso de mecânica. Logo a seguir consegui este emprego. A minha esperança, em relação ao futuro, é continuar a evoluir no meu trabalho e desenvolver o negócio da minha esposa.”
(Desmobilizado Francisco J., Alto Maé: 3 de Outubro de 1996).

Seguindo a lógica anterior, a categoria seguinte, dos carregadores, poderia separar-se em duas sub-categorias principais, a dos estivadores e a dos carregadores de rua, distintas no sentido em que enquanto os primeiros são empregados por companhias de navegação e transitárias no porto e caminhos de ferro de Maputo, os últimos trabalham por conta própria, oferecendo os seus serviços nos *dumbanengues*. Se os primeiros, num trabalho tão modesto, podem ainda assim acalentar planos de futuro, os carregadores de rua estão no fundo da escala ocupacional:

“Sou de Chibuto, Gaza, e fui lá desmobilizado em 1994, mas decidi vir estabelecer-me na cidade de Maputo. Beneficiei dos programas de reintegração porque me deram um curso de latoeiro com as respectivas ferramentas. Trabalho como estivador nos CFM. Não é um bom emprego mas dá-me dinheiro para alimentar a minha família enquanto espero por uma oportunidade (e algum capital) para começar a minha oficina de latoeiro. A minha mulher é servente num banco.”
(Desmobilizado Albino Fernão S., Alto Maé: 30 de Setembro de 1996).

“Eu já fui oficial do exército da Frelimo! Mas hoje em dia o meu trabalho é esperar nas paragens de machimbombo para levar as bagagens das senhoras no meu ‘txova’ [pequena carroça de duas rodas puxada pelo carregador] cobrando aquilo que elas quiserem pagar-me. É muito humilhante.”

(Desmobilizado João da Costa C., Infulene: 1 de Julho de 1996)

Por último, aparecem ainda várias categorias ocupacionais de ocorrência mais rara. Os caçadores, mais uma vez, concentram-se na Moamba e esta é normalmente uma actividade muito modesta e não orientada para o mercado, aparecendo em associação com outras como o corte de árvores ou a agricultura. Os ex-combatentes reformados são os que beneficiam de pensões e fundos de reforma. Em geral ainda relativamente novos, procuram envolver-se noutras actividades:

“Sou de Inhambane e fui major das forças de reconhecimento do Governo. Agora estou na reserva e, para além de uma pequena pensão, ganho a vida a transportar pessoas na minha carrinha. Felizmente que consigo alimentar as oito pessoas que vivem em minha casa.”

(Desmobilizado Jeremias José M., Alto Maé: 2 de Outubro de 1996).

b) A ocupação das esposas dos ex-combatentes

Quanto às esposas dos ex-combatentes, e parafraseando grande número de entrevistados, elas fazem “trabalho de mulheres”, ou seja, vendem produtos. Vendem nos mercados, nos passeios, à porta das suas casas. Mais de metade do contingente declarou a venda nos *dumba-nengues* como sua actividade. Tal percentagem é ainda consideravelmente maior se considerarmos que esta actividade também surge associada às categorias de Agricultura, Trabalhos Domésticos e, mesmo, Empregadas.

Contudo, nem sempre esta participação feminina é reconhecida no interior do agregado, devido a uma tradição de predominância masculina e ao facto das receitas provenientes das actividades de *dumba-nengue* serem de determinação muito complexa. Alguns ex-combatentes, à pergunta sobre qual era o rendimento mensal da casa, referiram simplesmente os seus modestos salários, que dificilmente bastavam para a alimentação do agregado, ao mesmo tempo que

afirmavam mandar as crianças à escola, alimentá-las e vesti-las e, mesmo, comprar cigarros regularmente. Aqueles que arriscavam um cálculo da receita proveniente do *dumba-nengue* eram os mesmos que não se importavam em reconhecer que as suas esposas conseguiam quatro ou cinco vezes mais dinheiro que o proveniente do seu próprio salário.

Por vezes aquilo que as mulheres vendem está relacionado com o que os maridos produzem. Tal é frequentemente o caso na Moamba, com o resultado da pesca. Mas o padrão geral é o de duas actividades independentes, em que o marido tem um emprego formal enquanto que a mulher cuida do seu próprio negócio. Este pode consistir na venda de produtos alimentares adquiridos em armazéns (por vezes tão distantes quanto a África do Sul ou Swazilândia) a preços favoráveis e vendidos a retalho nos bairros ou postos de venda noutras locais; vegetais trazidos das próprias hortas; alimentos cozinhados vendidos em locais de concentração ou circulação de trabalhadores, etc. As crianças e outros dependentes também se envolvem nestas actividades, cozinhando ou vendendo numa base permanente ou depois do horário escolar. Há todavia algumas diferenças entre os ambientes rurais e urbano a este respeito. Bairros tipicamente urbanos como a Malanga ou o Alto Mae podem ter percentagens de esposas de ex-combatentes envolvidas nesta actividade tão altas quanto 66,6 e 66 por cento, respectivamente. À medida que nos afastamos do centro, a agricultura, segunda mais importante actividade, “compete” com o comércio, mostrando já a sua influência em bairros suburbanos como o Infulene ou Mahlazine, e tornando-se a actividade mais importante das mulheres nas zonas rurais da Moamba e Boane.

A categoria dos Trabalhos Domésticos é também relativamente importante. Ocorre quando os maridos têm empregos relativamente sólidos e bem remunerados ou, no extremo oposto, quando os inquiridos declararam não ter um pequeno capital inicial para apoiar as actividades comerciais das esposas. Mas o padrão geral foi que, ao considerarem que as suas esposas apenas fazem trabalhos domésticos, os inquiridos não tiveram em conta as actividades de *dumba-nengue* como uma ocupação que valesse a pena ser referida: vender surge como uma actividade natural derivada da própria condição feminina. Consequentemente, não surpreende a percentagem insignificante de

mulheres a tempo inteiro em actividades domésticas na Moamba (menos de 5 por cento), onde a mulher aparece extremamente ocupada na agricultura, criação de pequenos animais ou venda no mercado.

Finalmente, a ocorrência de mulheres empregadas, entre os agregados de ex-combatentes, é extremamente baixa, à excepção do Alto Maé (o “bairro dos empregados”), onde surge em segundo lugar.

c) O agregado como unidade

Em vez de encararmos os ex-combatentes individualmente, procurámos situá-los no contexto dos seus respectivos agregados. Os retratos sumários conseguidos sugerem que no contexto da severa crise que têm que enfrentar, económica, social e cultural, tais agregados reagem planeando as suas estratégias económicas como verdadeiras unidades.

Por vezes o marido e a esposa estão envolvidos na mesma actividade ocupacional: há casos de agregados especializados no pequeno comércio, em que marido e mulher vendem em diferentes *dumbanngues*, fazendo intercâmbio de “stocks”, cada um deles mantendo a sua autonomia.

“Trabalho como vendedor de rua no Estrela Vermelha [um dos dumbanngues mais importantes da cidade]. Vendo um pouco de tudo. A minha mulher também vende no Mandela [outro importante mercado]. O trabalho dela é vender comida. Os meus filhos tomam conta da casa. Tenho bons tios e primos que me ajudam no negócio. Não posso dizer quanto ganhamos porque isso depende de muitas coisas. Mas conseguimos sobreviver. Não me candidatei a nenhum programa de reintegração. A minha ambição é desenvolver o meu negócio e começar uma machamba para produzir mais comida para vender.”

(Desmobilizado Gerónimo Carlos M., Infulene: 9 de Julho de 1996).

Noutros casos, mais frequentes, as diferentes ocupações do marido e da mulher estão ligadas por laços construídos na base de considerações económicas ditadas pela necessidade de preservar e melhorar a situação do agregado:

“Vim de Gaza, onde fui recrutado para o exército em 1983. Fui desmobilizado em Boane, em Novembro de 1994. Agora vivo aqui no

Infulene. Temos uma machamba cultivada pela minha mulher e eu tenho uma barraca no mercado de Xipamanine. A minha mulher produz comida na machamba com a ajuda das minhas duas filhas gémeas. Eu vendo a comida no Xipamanine com a ajuda do meu filho mais velho, que tem 23 anos. Os meus outros dois filhos trabalham como carpinteiros numa oficina e trazem algum dinheiro para casa. Os meus planos para o futuro são desenvolver a machamba e a barraca.”

(Desmobilizado Afonso José M., Infulene: 8 de Julho de 1996).

Mas o padrão geral é de diversificação, no qual a mulher desenvolve actividades comerciais ou agrícolas, enquanto que o ex-combatente procura um emprego formal, compatível com o seu ideal de segurança e dignidade, mesmo que o salário que obtém não seja inteiramente satisfatório. Em muitos casos o chefe do agregado sabe muito bem que o seu próprio salário não é suficiente para manter a casa e, por conseguinte, os seus planos de futuro baseiam-se no desenvolvimento do negócio da sua mulher.

“Sou da Manhica, na provincia de Maputo. Fiz o meu serviço militar na provincia de Maputo e acabei por ser desmobilizado na cidade de Maputo. Não tive possibilidades de continuar com os estudos de maneira que só tenho a sétima classe. Tenho dois filhos, um de 9 e outro de 6. Actualmente trabalho numa carpintaria. A minha mulher vende no mercado. Não temos familia que nos ajude. Somos só os dois a lutar pelo pão de cada dia. O meu salário é baixo. Os meus planos são de desenvolver o negócio da minha mulher.”

(Desmobilizado Orlando M., Alto Maé: 3 de Outubro de 1996).

Por outro lado, notou-se também mostra uma relação dinâmica entre o *dumba-nengue* e a agricultura: enquanto que no Alto Maé a maior incidência na venda em *dumba-nengues* corresponde à incidência mais baixa na agricultura, a situação oposta pode encontrar-se nas zonas rurais de Boane e Moamba, onde a incidência mais elevada na agricultura corresponde a percentagens mais modestas de mulheres de ex-combatentes envolvidas nas vendas. Isto sugere que a reintegração, do ponto de vista da procura de fontes de rendimento, é resultado de um esforço do agregado do ex-combatente como unidade, na qual as mulheres desempenham um papel importantíssimo, não só nas suas

actividades directas mas, também, na organização dos restantes membros da família, particularmente as crianças.³⁸

Evidentemente que isto não significa uma harmonia total no interior do agregado. Observámos que o discurso e a atitude dos ex-combatentes relativamente à ocupação das suas mulheres surgem divididos: apesar de terem uma clara noção da importância do papel delas, eles tendem muitas vezes a minimizá-lo, por exemplo quando consideram como “domésticas” mulheres que passam a maior parte do dia fora e trazam para casa muito mais do que aquilo que eles próprios conseguem trazer. Por detrás desta atitude está certamente o traço de uma ideologia alimentada durante o serviço militar, que reforça a cultura existente de predominância masculina.³⁹ Porém, a guerra transformou não só os homens, enquanto protagonistas principais, mas também as mulheres, forçando-as a um comportamento mais autónomo, particularmente na luta pela sobrevivência das suas famílias. Cada vez mais elas estão conscientes da importância do seu papel e conquistam espaços maiores no interior do agregado.

Parece, portanto, legítimo concluir que a unidade do agregado tem desempenhado um papel fundamental, garantindo a sua sobrevivência e facilitando a reintegração dos ex-combatentes. A elevada percentagem de casamentos após a desmobilização também corrobora esta conclusão, assim como o facto dos testemunhos mais negativos e críticos terem sido manifestados por ex-combatentes desligados das suas famílias.

³⁸ Apesar da generalizada participação das crianças em actividades geradoras de rendimento, os entrevistados confirmaram uma situação bem conhecida na cidade de Maputo, na qual uma esmagadora percentagem de crianças frequenta a escola, independentemente da situação do agregado. Só muito raramente os ex-combatentes afirmaram que os seus filhos não frequentavam a escola devido a dificuldades financeiras.

³⁹ Historicamente, o estabelecimento colonial em Moçambique foi conseguido na base de uma clara divisão de trabalho no interior do agregado, na qual os homens emigravam para os territórios vizinhos ou eram recrutados para o mercado laboral, enquanto as mulheres garantiam grande parte da alimentação. Evidentemente, esta situação evitava a proletarização total e permitia que os salários fossem mantidos a níveis mais baixos.

6. Que Nível de Reintegração?

a) Comparando agregados de ex-combatentes com outros agregados

Considerámos inicialmente que a comparação entre agregados com e sem combatentes constitui uma perspectiva fundamental para avaliar o nível de reintegração dos ex-combatentes na vida civil. Com base na amostragem representada nas entrevistas, procurámos compreender as semelhanças e diferenças entre os agregados dos dois tipos. Por um lado, quanto mais semelhanças são estabelecidas, mais forte é a dinâmica da reintegração. Por outro, é necessário verificar se as distinções tendem a desaparecer com o tempo ou se, pelo contrário, algumas delas favorecem o reforço de uma identidade dos ex-combatentes distinta do resto da população.

Uma primeira distinção encontrada diz respeito à origem dos chefes dos agregados. Os dos agregados sem ex-combatentes são esmagadoramente de Maputo e das províncias meridionais de Gaza e Inhambane. Na sua maioria, estabeleceram-se na cidade de Maputo mas mantiveram fortes ligações com as suas zonas de origem, factor que desempenha um importante papel na esfera económica, reforçando a capacidade do agregado para enfrentar as actuais dificuldades da vida na cidade. Na generalidade, e como as zonas de origem não são distantes, eles enviam produtos como sabão e açúcar, e recebem alimentos básicos como o milho, arroz e feijão. Alguns dos entrevistados, como é o caso de moradores da Polana-Caniço originários de Gaza e Inhambane, vivem na cidade mas têm machambas e gado nas suas aldeias de origem, mantidos por parentes e visitados regularmente. As redes familiares entre a cidade e o campo desempenham pois um importante papel na economia doméstica urbana.

“A nossa família é formada por 5 pessoas: eu, a minha mulher e três filhos de 25, 23 e 18 anos de idade. Vivemos no Bairro Militar e nesta mesma casa desde os anos setenta. A casa é minha porque fui eu que a construí. Sou motorista de longo curso. É uma boa profissão mas estou quase a reformar-me. Venho de Inhambane e a minha mulher é daqui da cidade de Maputo. Ela trabalha como secretária no hospital central de Maputo. Todos os meus filhos vão à escola e fazem pequenos trabalhos para me

ajudar. Temos uma pequena horta aqui mesmo: tudo o que comemos em casa ou compramos ou colhemos nessa horta. Temos parentes em muitos bairros como a Matola, Jardim e Sommerschild, e também na nossa terra, em Inhambane. Vamos a Inhambane muitas vezes. De lá eu recebo côcos, feijão e milho. Em troca mandamos aos nossos familiares muitas coisas, principalmente açúcar e sal.”

(Manuel João M., Bairro Militar: 30 de Maio de 1996).

Os ex-combatentes, como grupo, partem de uma situação bastante diferente. Certamente, se considerarmos que do total do contingente por província de origem cerca de 55 por cento pertencem às províncias meridionais, tanto na cidade como na província de Maputo (ver quadros 3 e 4), eles estariam, em princípio, na mesma situação que os civis. Mas, por outro lado, quase metade do contingente veio de províncias distantes para ser desmobilizada em Maputo, onde se procura estabelecer sem os apoios familiares.

“A minha experiência militar foi completamente inútil. Se eu hoje não sou ninguém é por culpa da Frelimo porque me forçou a abandonar os estudos e me levou para a guerra onde combati o meu povo, matei, vi sangue e cadáveres. Agora que deixei o exército não reconhecem o meu esforço. Desde que sai de Cabo Delgado, em 1981, nunca mais voltei a ver a minha família, e para mim isso é uma grande tristeza e um grande desgosto. Desde que perdi o acesso à minha família que me sinto muito só.”

(Desmobilizado Belarmino Artur S., Moamba: 8 de Agosto de 1996).

Além disso, vários factores, para além da distância e da falta de meios para a ultrapassar, impedem os ex-combatentes de restabelecer contacto com as suas famílias. Alguns mostraram-se relutantes em voltar às suas aldeias natais, mesmo que para uma curta visita, porque sentiriam a vergonha de regressar sem presentes apropriados para os seus parentes. Tendo deixado as suas aldeias para entrar no serviço militar, o que de um ponto de vista rural terá correspondido a uma promoção importante, é como se tivessem uma imagem a preservar, imagem essa que seria afectada se regressassem como uns “falhados”. Por outro lado, muitos ex-combatentes da Renamo afirmaram-se envergonhados e arrependidos das coisas que fizeram no passado nas

suas aldeias, coisas essas que os impedem de voltar a contactar as suas famílias.⁴⁰

Todavia, é provável que esta situação de falta de redes familiares tenda a desaparecer. Referimo-nos atrás ao ritmo elevado a que os ex-combatentes se estão a casar após a desmobilização. Estabelecidos em Maputo e desprovidos de meios para ir casar às suas zonas de origem, muitos deles casaram com mulheres locais o que, lenta mas progressivamente, lhes permitirá um acesso a redes familiares locais:⁴¹

“Tenho 30 anos de idade e vim de Mocuba, Zambézia. Casei aqui. A minha mulher é de Inhambane. Temos três filhos (de 12, 9 e 3 anos de idade). Eu sou transportador. Transporto sacos de cimento e outras coisas no meu txova. Pergunta-me sobre o que ganho? Não ganho nada, meu amigo. Só o suficiente para comprar pão para as crianças. A única ajuda que recebo é do meu sogro. Ele envia-nos feijão, milho e côcos de Inhambane.”
(Desmobilizado João António M., Bairro Militar: 29 de Maio de 1996).

Outras diferenças entre os dois grupos foram encontradas no padrão ocupacional dos chefes dos agregados. Enquanto que a maioria dos civis se encontram nas duas categorias de “Empregados” e “Trabalhadores”, os ex-combatentes são, sobretudo e como vimos, “Guardas”. A razão é, obviamente, porque os civis preencheram os lugares disponíveis num mercado de emprego já saturado, sem grandes sinais de crescimento e onde os ex-combatentes têm dificuldade em penetrar. A Polana-Caniço, por exemplo, um bairro localizado perto do mar e com elevada concentração de ex-combatentes, não tem ex-combatentes como pescadores porque os empregos nos barcos de pesca já estavam ocupados por moradores locais antes da sua chegada. Todavia, quando a pesca é levada a cabo individualmente, como na

⁴⁰ A brutalidade exercida contra parentes é muitas vezes apontada como método utilizado pela Renamo para cortar os laços dos seus combatentes com o passado, impedindo-os de desertar e regressar às suas zonas de origem.

⁴¹ Sinais destes casamentos “inter-étnicos” são patentes, por exemplo, em Boane, onde se vêem casas construídas à maneira do Norte do país e surge um novo tipo de culinária desconhecido no Sul. Estes aspectos inscrevem-se numa perspectiva que está para além do propósito deste estudo.

Moamba, o envolvimento de ex-combatentes aumenta substancialmente.

Mas para além destas diferenças, sem dúvida importantes, também aparecem fortes semelhanças. As actividades de *dumba-nengue*, a segunda categoria ocupacional dos ex-combatentes, também estão fortemente enraizadas no outro grupo como alternativa de ocupação. Como todos os outros, os ex-combatentes pescam, cultivam, caçam, criam gado ou cortam árvores no interior, e vendem, transportam, guiam ou protegem instalações na cidade. O facto de se agarrarem às poucas oportunidades que surgem, diferenciadas nos diferentes locais pesquisados, constitui em si uma boa indicação de reintegração, que contradiz a imagem que por vezes surge dos ex-combatentes como pessoas pouco activas que reclamam benefícios e ameaçam o resto da sociedade. As actividades do pequeno comércio são igualmente importantes entre as mulheres dos dois grupos, mostrando em ambos os casos um grande sentido de adaptação aos diferentes ambientes onde são levadas a cabo.

Pelos restantes critérios adoptados para a comparação, nomeadamente o padrão de matrimónio, composição dos agregados, habitação, etc., os agregados com e sem combatentes não se revelaram substancialmente diferentes.

Pode portanto concluir-se que o factor mais fundamental que distingue os dois grupos é o *tempo*. Os ex-combatentes e os seus agregados estão a tentar fazer o que os outros já fazem há algum tempo: estabelecer-se e procurar reintegrar-se.

b) Comparando a cidade de Maputo com a província de Maputo

Nas zonas rurais, particularmente na Moamba, as distinções entre agregados com e sem ex-combatentes são ainda menos nítidas. Ali, os esforços dos ex-combatentes para reconstruir as suas vidas coincidem com os esforços de outros grupos vulneráveis, como os antigos refugiados na África do Sul ou pessoas que se haviam deslocado para a cidade de Maputo ou outros distritos, e que agora regressam e se procuram restabelecer.

Aqui, os esforços dos ex-combatentes para arranjar emprego são menos visíveis e a agricultura, pesca e criação de gado tornam-se mais importantes como soluções ocupacionais. Ao mesmo tempo, a

diversificação ocupacional do agregado, que ocorre na cidade na esfera dos dumba-nengues, surge aqui ligada a actividades “mais produtivas”:

“Tenho 32 anos de idade e vim de Inhambane. Em casa somos cinco: eu, a minha mulher, o meu filho de 9 anos, a minha filha de 6 anos e um sobrinho. Fiz o serviço militar em Gaza, em Maputo (Mahlazine) e aqui na Moamba. Fui desmobilizado aqui em 1994 e fiquei porque gostei do lugar. Construí a minha casa de alvenaria e comecei a pescar. Já tenho a minha própria rede e uns ajudantes que contratei. A minha mulher tem uma machamba onde cultiva tomates, couves, milho e tabaco. Também temos 3 vacas. Os meus planos são de aumentar a minha casa e começar a criar galinhas e patos.”

(Desmobilizado Edmundo M., Moamba: 10 de Agosto de 1996).

Certamente, no período que se seguiu imediatamente à desmobilização, a capital surgiu como uma solução tentadora de estabelecimento, dado que o emprego formal era (e em grande medida ainda é) visto como a melhor alternativa de reintegração, particularmente entre os ex-combatentes com experiência urbana. Todavia, tal entusiasmo vai decrescendo devido às extremas dificuldades em encontrar um modo de vida na cidade:

“Para mim a vida no campo é muito melhor do que na cidade porque aqui as coisas não são tão caras, não temos bandidos e é mais difícil encontrar pessoas que fabriquem bebidas alcoólicas, para além de outras coisas que acontecem na cidade e aqui não. É por isso que me sinto bem aqui na Moamba. Além disso, toda a minha família e os meus filhos vivem aqui. É por isso que não me quero mudar para a cidade. Tenho pena dos meus irmãos, aqueles que estiveram comigo no mato e que agora se mudaram para a cidade. Alguns não têm onde ir ou o que fazer. A sua única alternativa é roubar e beber muito essas bebidas alcoólicas tradicionais. Acabam por se destruir.”

(Desmobilizado Chico P., Moamba: 11 de Agosto de 1996).

Apesar das dificuldades encontradas, os ex-combatentes que vivem nas zonas rurais, particularmente na Moamba, têm conseguido

reconstruir as suas vidas com mais sucesso que os seus companheiros da cidade.

c) Como os moradores dos bairros encaram os seus vizinhos ex-combatentes

Afirmámos atrás que os moradores e as autoridades locais consideram a “desorganização” dos seus bairros como consequência das transformações sociais actualmente vividas em Maputo e arredores. Consequentemente, consideram que os moradores já não se conhecem uns aos outros como se conheciam no passado. Esta é uma das razões pelas quais à pergunta “O que acha dos seus vizinhos ex-combatentes?”, 33 por cento (fora do contingente dos ex-combatentes) afirmaram não ter vizinhos ex-combatentes.

Dos 10 por cento que têm uma imagem negativa dos ex-combatentes, alguns não têm qualquer razão para tal para além de uma postura conservadora que os leva a encarar aqueles como pessoas que vieram afectar a estabilidade do seu bairro:

“Gosto dos meus vizinhos. Muitas vezes bebemos juntos, falamos e trocamos conselhos. Mas com os desmobilizados, não muito obrigado! Não conheço nenhum porque eu não gosto de me dar com miúdos. Não conheço nenhum soldado desmobilizado! Às vezes eles parecem bons de dia mas à noite ficam estranhos. Eu não quero experimentar as maldades deles. O mato está lá, pronto para ser aproveitado, para fornecer o carvão e a lenha de que precisamos. Tudo está lá. Eles deviam sair daqui e ir para lá fazer coisas úteis.”

(Judas S., Malanga: 21 de Maio de 1996).

Outros parecem ter acusações mais concretas, mesmo que não as especifiquem:

“Sim, gosto muito dos meus vizinhos. Dou-me muito bem com eles. Quanto aos desmobilizados, há cá alguns mas não passam de ladrões. Conheço muitos mas não gosto deles. São todos ladrões e ‘ninjas’. Têm esse comportamento porque sofrem e não têm dinheiro. É por isso que roubam. O Chissano devia arranjar-lhes emprego, para o bem deles e para o nosso.”
(António David M., Malanga: 22 de Maio de 1996).

Nas zonas rurais, notou-se por vezes um ressentimento de base étnica:

“A situação aqui é muito difícil por causa dos soldados desmobilizados. Eles recusam-se a regressar às suas terras, no norte do país. Nós trabalhamos e eles roubam. Eles não gostam de fazer negócio de carvão porque é um trabalho muito pesado. Eles só fazem pequenas coisas como vender cigarros ou perfumes. Eles são o nosso pior problema. Eles roubam e matam pessoas!”

(Ricardo M., Boane: 18 de Julho de 1996).

“Aqui em Boane o nosso pior problema são os ladrões. Não sabemos quem são mas eles vivem no nosso seio. É possível que sejam soldados desmobilizados porque o Governo veio desmobilizar pessoas do norte para aqui, em vez de os levar de volta para as províncias de onde vieram. Os Macuas gostam de passear à noite. O que é que eles fazem a essa hora? Provavelmente roubam. Nós sabemos que os desmobilizados não trabalham mas vemos que sobrevivem como nós!”

(Elisa C., Boane: 14 de Julho de 1996).

Tal perspectiva, já de si rara nas zonas rurais, não aparece de todo nas mais cosmopolitas zonas urbanas. Aqui, está-se habituado a conviver com gente das mais diversas origens, embora uma das mais frequentes acusações nos bairros seja que os ex-combatentes bebem demais quando se juntam,⁴² e uma vez bêbados provocam distúrbios à sua volta. Segundo Mário Alberto, secretário do bairro de Mahlazine/Magoanine,

“Sim, há soldados desmobilizados no meu bairro. Conheço muitos e eles são suficientemente correctos. Digo suficientemente porque os seres humanos nunca são perfeitos. Há sempre pequenas coisas e quando bebemos é necessário controlarmo-nos. Mas há alguns que quando bebem acabam por ‘contaminar’ o ambiente porque ficam mesmo bêbados. É esse o único problema que tenho com os desmobilizados. É por isso que usei o termo ‘suficientemente’. Mas muitos deles não têm esse problema, são como todos

⁴²Por duas vezes colaboradores deste estudo depararam, em Mahlazine, com pequenos grupos de ex-combatentes já em adiantado estado de embriaguez logo cedo pela manhã.

os outros. Muitos ex-combatentes do meu bairro não têm ocupação, um emprego. Como não conseguem encontrá-lo fazem pequenas coisas para sobreviver. Mas são coisinhas que não resolvem. Era muito melhor se houvesse empregos de verdade. O dinheiro poderia ser pouco mas seria regular. Eles saberiam que no dia 20 ou 30 de cada mês ia chegar o seu dinheirinho. Mas se não fazem essas pequenas coisas ficam sem nada para enganar a barriga. As barrigas pedem qualquer coisa todos os dias, mesmo que seja pouco. Na minha maneira de ver, esse é o único problema com os desmobilizados.”

(Mário A., Mahlazine: 9 de Junho de 1996).

Porém, a maioria dos inquiridos (cerca de 57 por cento) tinha uma imagem claramente positiva dos seus vizinhos ex-combatentes, considerando-os “pessoas como nós” e manifestando-se solidários com a necessidade que aqueles têm de encontrar empregos e ocupação. Grande parte dos moradores considerou o problema dos soldados desmobilizados como um problema comunitário que poderia resolver-se com o aumento da oferta de emprego.

“Como se costuma dizer, não podemos escolher os nossos vizinhos. Alguns são bons, outros são maus. Quanto aos desmobilizados, é difícil ter uma opinião geral. Sim, conheço alguns por aqui, são moradores como nós. Acho que são boas pessoas. São pessoas como nós. Desmobilizado significa desempregado. As autoridades deveriam preocupar-se não com os desmobilizados mas com os desempregados.”

(Luís A., Malanga: 2 de Junho de 1996)

d) O que os ex-combatentes acham dos programas de reintegração

Em finais de Julho de 1995, o fundo provincial de reintegração em Maputo havia já chegado aos 1916 beneficiários, ou 16,6 por cento do total de soldados desmobilizados nesta área, segundo a OIM. Ao mesmo tempo, o programa OSD havia treinado 366 ex-combatentes e distribuído 238 conjuntos de ferramentas (IOM 1995: 19, 23).

Os ex-combatentes em geral não reconhecem a relevância dos “programas de impacto rápido” implementados logo de início nos centros de acantonamento, e particularmente do subsídio de reintegração que abrangeu todo o contingente de ex-combatentes. Da nossa amostra

de 383 ex-combatentes entrevistados, só 9 mencionaram o pagamento do EAR como um programa do qual beneficiaram. Isto não significa necessariamente que eles não o considerem importante mas, antes, que o encaram como uma “obrigação” do Governo e das estruturas das Nações Unidas, para o qual eles não precisaram de se candidatar.

Cerca de 27 por cento dos ex-combatentes da nossa amostra nunca se candidataram a um programa de reintegração. Esta atitude, que parece mais evidente no espaço rural (na Moamba representava mais de metade dos casos), terá sido devida a dificuldades na informação sobre o acesso aos pacotes disponibilizados.

“Não, nunca beneficieei de qualquer programa de reintegração. Os programas destinam-se apenas aos desmobilizados da cidade. Não chegam aqui. Se alguém daqui tiver esperança de vir a ser beneficiado tem que se deslocar à cidade.”

(Desmobilizado Narciso Jaime B., Moamba: 10 de Agosto de 1996).

Na cidade, é menor o número daqueles que nunca se candidataram a benefícios: todos tentaram, de uma maneira ou de outra, beneficiar de um ou mais programas. A única excepção parece ser o Bairro Militar, onde apareceu uma percentagem importante de casos que “nunca se incomodaram em candidatar-se” por terem sido desmobilizados antes da ONUMOZ e, portanto, não serem elegíveis, situação que está por detrás do grande ressentimento ali prevalecente. Quem não se candidatou expressou como razão principal a falta de confiança no processo, o facto de terem visto camaradas e vizinhos passarem por dificuldades burocráticas e longos períodos de espera em filas intermináveis, sem resultados aparentes.

A excessiva carga burocrática e a falta de transparência foram consideradas como os maiores problemas dos programas de reintegração por mais de metade dos desmobilizados que se candidataram a esses programas sem qualquer sucesso.

“Depois da desmobilização o Governo deu-nos 6 meses de subsídio, alargado depois pela ONUMOZ a mais 18 meses. Finalmente, tudo acabou e cada um teve que passar a tomar conta de si. Algum tempo mais tarde, quando eu comprava peixe na Corumana (é esse o meu negócio) dois homens que tinham estado a beber e a comer peixe, chamaram-me a

apresentaram-se como sendo da OIM. Disseram-me que precisavam de falar com todos os ex-combatentes desmobilizados ao abrigo da ONUMOZ, e sugeriram que eles se deveriam 'auto-organizar', individual ou colectivamente, para poderem beneficiar de algo como 3 milhões e meio cada. Recolheram algumas propostas e foram-se embora. Eu pensei para comigo que afinal de contas a OIM ainda tinha algo para nos dar. Entretanto, fiz cuidadosamente os meus planos, preenchi o formulário e quando o fui levar a Kulima veio dizer que nós deveríamos candidatar-nos nos nossos distritos de residência e que beneficiaríamos de 4 milhões cada um. Finalmente, chegou o dia em que nos deviam dar notícias concretas. A Kulima disse-nos que o seu plano tinha sido cancelado porque não tinham dinheiro, dado que não o receberam de quem deveria financiar, a OIM. A própria OIM prometeu-nos gado e nada aconteceu. Agora eu pergunto, o que é isto? Porque é que eles andam por aí a fazer promessas? Onde está o Governo para controlar estas coisas? Quem defende os desmobilizados?"
(Desmobilizado Francisco N., Bairro Militar: 10 de Junho de 1996).

Contudo, alguns casos deste grupo eram casos de “segunda candidatura”, que já haviam beneficiado de alguma forma de programas anteriores. A razão mais fundamental para a sua atitude parece ter sido devida ao facto, referido por muitos, de terem beneficiado de um curso para uma profissão mas sem que tal lhes desse acesso a ferramentas e matérias-primas que permitissem o arranque na nova profissão.

“Aprendi a profissão de sapateiro, recebi diploma e tudo isso. Depois disseram-me que me arranjariam um emprego ou dinheiro, através de uma ONG, para começar o meu negócio de sapateiro. Mas já estou farto de esperar: nem emprego, nem dinheiro nem nada. E isto é muito triste para mim.”

(Desmobilizado Narciso Armelindo C., Polana-Caniço: 3 de Julho de 1996).

“Aprendi a reparar pneus e deram-me ferramentas depois do curso. Montei a minha pequena oficina aqui no bairro. Ainda é muito provisória porque me falta dinheiro para a melhorar. Contactei a OIM. Fui para lá dias seguidos e eles diziam-me que o senhor fulano de tal não estava para avaliar a minha proposta. E trata-se de uma quantia muito modesta, muito longe daquela de que realmente preciso para melhorar a oficina. O meu sonho é ter uma boa oficina, mas entretanto vou criando galinhas.”

(Desmobilizado Mário A., Mahlazine: 9 de Junho de 1996).

Na nossa amostra, 20 ex-combatentes aprenderam a ser latoeiros, 19 carpinteiros, 15 sapateiros, 8 serralheiros, 7 electricistas, 5 mecânicos, 3 canalizadores, 3 agricultores, 1 pedreiro e 9 tiraram pequenos cursos não especificados; 24 receberam apoio para começar um pequeno negócio. Para além da falta de dinheiro para iniciar um negócio baseado nos novos conhecimentos aprendidos nesses cursos, a maioria queixou-se da dificuldade em encontrar empregos, mesmo com esses novos conhecimentos; 24 ex-combatentes da nossa amostra conseguiram novos empregos através de programas de colocação, a maior parte como guardas ou na força policial.

Em conclusão, a opinião relativamente aos programas não é homogénea. Os que têm opinião favorável são obviamente os poucos que conseguiram empregos através desses programas. A maioria tem opinião extremamente negativa, queixando-se não só da burocracia mas, também, da falta de envolvimento ou de interesse do Governo para controlar esses programas. Diminuiu também acentuadamente o número de ex-combatentes que ainda acreditam que o seu futuro depende desses programas. Aos poucos, os ex-combatentes vão concluindo que terão cada vez mais de contar consigo próprios.

e) Os ex-combatentes e a criminalidade

Em princípio, e tal como o fizeram alguns dos entrevistados nos bairros, não é difícil ligar a presença de ex-combatentes ao aumento da criminalidade na cidade de Maputo e arredores a seguir ao final da guerra. Quando o conflito terminou e a possibilidade de ele voltar a irromper nos mesmos termos diminuiu, estabeleceram-se condições para um aumento de actividades criminosas com base em factores como: traços de uma cultura de violência herdada da guerra, associados à fragilidade dos valores sociais e dos meios para os impôr; proliferação de armamento ligeiro fora do controlo da polícia e das forças de defesa; presença de grupos criminosos sul-africanos associados ao roubo de carros e tráfico de drogas; e, acima de tudo, pobreza extrema e generalizada das populações rurais e urbanas.

Uma primeira possibilidade era que os ex-combatentes poderiam fazer perigar a transição para a democracia em Moçambique, em termos político-militares, para o que eles teriam que permanecer relativamente unidos. Tal possibilidade foi seriamente tida em conta na concepção dos

programas de reintegração e é ainda matéria de alguma atenção por parte de círculos militares e académicos. Enquanto que os primeiros vêm com algum desconforto a proliferação “não-controlada” de “especialistas militares” fora das forças armadas, mais capazes em muitos aspectos, e em número muito maior que o dos contingentes do novo exército,⁴³ pelo menos num caso os últimos referiram-se à concentração de ex-combatentes da Renamo numa antiga base da guerrilha na Moamba, com propósitos não inteiramente claros.⁴⁴

Porém, quatro anos após a desmobilização não existe evidência de concentração de ex-combatentes em áreas urbanas. Como tentámos mostrar, o assentamento foi efectuado na base de factores como o acesso aos terrenos onde contruir casas, redes de solidariedade familiar, etc. Evidentemente que têm lugar reuniões ocasionais de velhos camaradas, muitas vezes para “sessões de bebida”. Mas o padrão é o de redes de vizinhança num contexto em que a luta individual e da família pela sobrevivência ganha muito mais importância.

É certo que se pode considerar que os ex-combatentes têm perfil para um envolvimento directo no crime, dado que se habituaram à violência, sabem manusear armas e foram atirados para uma situação extremamente intranquila e vulnerável, em termos económicos, sociais e psicológicos. Até se pode encontrar um móbil na frustração que parece caracterizar o grupo.

⁴³Consideração feita pelo Coronel Manjate, das FADM, intervindo na reunião sobre a reintegração dos soldados desmobilizados realizada em Maputo em 24-25 de Outubro de 1996, organizada conjuntamente pelo Refugee Studies Programme/Universidade de Oxford e Centro de Estudos da População/Universidade Eduardo Mondlane.

⁴⁴Adam 1996 refere que alguns camponeses temem os seus vizinhos da antiga base da Renamo de Ngungwe, na Moamba, considerando que se eles permaneceram juntos após a desmobilização é porque têm a intenção de retomar as hostilidades logo que a oportunidade apareça. Porém, a nossa pesquisa não confirma esta perspectiva e encontrou uma situação em que ex-combatentes do Governo e da Renamo vivem juntos na mesma área. Se tais receios existem não estão, no entanto, generalizados.

“Os civis viviam a sua vida enquanto os soldados se sacrificavam na guerra em benefício de todos. É melhor o Governo começar já a arranjar-nos empregos e créditos bancários. Senão vamos começar a roubar e a fazer coisas que só os ‘ninjas’ fazem.”

(Desmobilizado João António M., Bairro Militar: 29 de Maio de 1996).

Mas a evolução dos últimos anos limitou o contexto em que tal frustração podia ser canalizada para actividades criminosas. Certamente que continuam a ser descobertos, de vez em quando, esconderijos de armas, e que continuam a ser reportados actos criminosos com utilização de armas militares e, até, da polícia. Paralelamente, quando há armas ligeiras disponíveis é mais provável que as pequenas disputas locais sejam resolvidas com recurso a elas pelos intervenientes, incluindo ex-combatentes que conhecem melhor os circuitos das armas e as sabem utilizar melhor que o cidadão comum. Todavia, a influência exercida pelo “mercado do crime” sul-africano, atraindo armas moçambicanas para aquele país, assim como os programas de recuperação de armas cujos resultados ainda não estão inteiramente avaliados, e o aumento de eficiência da polícia, todos estes são factores importantes na redução do acesso às armas por parte de civis e, em última instância, na melhoria da situação.

“A situação criminal da Moamba está calma. No dia 2 de Junho registou-se um ataque na estrada mas no mesmo dia apareceram forças especiais que ocuparam a estrada desde a Rádio Marconi até Ressano Garcia, e isso contribuiu bastante porque esses ataques já não se registaram mais. Além desses ataques, outro problema que a Moamba tinha era o roubo de gado. Os ladrões roubavam aqui e na África do Sul para vender na cidade de Maputo, particularmente no mercado de Xipamanine. Criámos uma comissão especial da polícia para tratar desse assunto. Recuperámos muito gado roubado e as autoridades sul-africanas estão muito contentes com a situação. Não digo que acabámos com a criminalidade, mas a situação está agora sob controle. Claro que temos aqui muitos soldados desmobilizados, mas não há evidência que eles estejam envolvidos nessas actividades. Eles são boas pessoas e não há queixas contra eles pela população local. O único problema que têm é a falta de emprego e eu acho que eles deviam ser treinados e contratados pelas empresas.”

(André João C., Comandante da Polícia do Distrito da Moamba, Moamba: 9 de Agosto de 1996).

Consequentemente, a única tentativa sistemática para investigar a ligação entre ex-combatentes e criminalidade que chegou ao nosso conhecimento, realizada pela OIM (OIM 1996), não envolve ex-combatentes nos relativamente escassos e insignificantes incidentes reportados na província e cidade de Maputo. Certamente que o passo mais importante para manter os ex-combatentes afastados dos ambientes criminosos consiste no reforço da sua reintegração nas comunidades concretas, o que só se pode conseguir através da melhoria do seu acesso a meios de subsistência e reforço dos laços de vizinhança. A nossa própria dificuldade em achar endereços de ex-combatentes nos bairros, atrás mencionada, é já sinal da sua dispersão entre os moradores e a questão parece ser como melhorar o controlo dos bairros pelos moradores preservando, ao mesmo tempo, o ambiente democrático e as liberdades individuais trazidos pelo processo de paz.

Em conclusão, não há evidência que os ex-combatentes sejam mais propensos a envolver-se em actividades criminosas a nível de bairro do que outros grupos sociais.

f) Como os ex-combatentes encaram a política

Não foi possível estabelecer uma relação entre o total de soldados desmobilizados na província e cidade de Maputo e a nossa amostra, no que respeita à origem político-militar, uma vez que durante o processo de desmobilização se acordou que tal distinção deveria ser apagada dos ficheiros para evitar discriminações políticas posteriores. Em qualquer caso, as estatísticas da ONUMOZ revelam uma percentagem de 26,8 de combatentes da Renamo no total nacional de soldados desmobilizados (United Nations 1995b: 41-42). Tal percentagem foi obviamente desigual a nível regional, mostrando-se muito mais elevada no centro do país e bastante baixa no Sul, incluindo Maputo. Tal como as primeiras eleições multipartidárias confirmaram, ao longo da guerra o Sul de Moçambique constituiu sempre um ambiente hostil à Renamo.

Quadro 6:
Resultados das Eleições de Novembro de 1994 nos Locais da Pesquisa

	Frelimo	Renamo	Outros*
Cidade de Maputo	293.511 (78,98)	33.436 (8,99)	37.314 (12,03)
Boane	14.571 (76,69)	1.268 (6,67)	9.004 (16,64)
Moamba	11.096 (76,00)	866 (5,93)	5.377 (18,07)

*Inclui outros partidos políticos, abstenção e votos em branco ou inválidos.

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Na nossa amostra, 92,5 por cento dos ex-combatentes pertenciam ao exército do Governo e 7,5 por cento eram antigos guerrilheiros da Renamo. Mais uma vez, a relação variava nos diversos locais, com uma representação mais fraca da Renamo nas áreas urbanas. A cidade de Maputo não atraiu ex-combatentes da Renamo. Em primeiro lugar porque, por definição, os centros de acantonamento da Renamo localizavam-se longe das zonas urbanas e eram de acesso mais difícil; em segundo lugar, porque a falta de ligações familiares e as desconfianças políticas impediram os guerrilheiros de se aproximarem da cidade.

Consequentemente, os ex-combatentes da Renamo não estão representados em locais como o Bairro Militar ou a Malanga, por razões também acima parcialmente apontadas: o Bairro Militar tem laços fortes com as forças de defesa do Governo (o Ministério da Defesa controla a maioria das casas), enquanto que a Malanga é um bairro estabilizado onde é muito difícil à generalidade dos ex-combatentes conseguir casas ou terrenos para construir. A situação torna-se um pouco diferente em bairros mais “cosmopolitas” como o Alto Maé, onde alguns ex-combatentes da Renamo se conseguiram estabelecer (cerca de 5 por cento da nossa amostra do Alto Maé): na sua maioria são ex-combatentes integrados nas forças policiais ou guardas de protecção dos líderes e instalações da Renamo na cidade.

Quadro 7:
Origem Militar dos Entrevistados

	Exército do Governo	Exército da Renamo	Total por bairro
Alto Maé	105	6	111
B. Militar	33	0	33
Malanga	9	0	9
Polana C.	23	1	24
Mahlazine	8	1	9
Infulene	37	5	42
Boane	30	1	31
Moamba	109	15	124
Totais	354	29	383

Nas zonas rurais, a situação apresenta-se também dividida. Enquanto que Boane mostra o mesmo quadro que o da cidade (Boane era o principal quartel das forças governamentais), a Moamba revela já um aumento de presença da Renamo, com 12 por cento do total da amostra. A principal razão desta diferença está sobretudo no facto das entrevistas da Moamba se terem realizado na antiga base da Renamo em Ngungwe.

Em geral, os ex-combatentes do Governo e da Renamo não mostraram diferenças tangíveis em relação à sua atitude política. Em princípio, ambos os grupos explicaram a sua posição política a partir do exército onde haviam lutado no passado. Assim, a posição política parece resultar não de uma opção individual mas, antes, do “sentido de pertença” a uma das forças militares.

“Nesta guerra eu lutei pela Frelimo e, portanto, sou da Frelimo. Que mais poderia ser?”

(Desmobilizado Alfredo Manuel N., Moamba: 2 de Agosto de 1996).

Quadro 8:
Preferências Políticas Actuais dos Entrevistados

	Frelimo	Renamo	Outros	Nenhum	Total por bairro
Alto Maé	82	10	16	3	111
B. Militar	19	0	0	14	33
Malanga	5	1	0	3	9
Polana C.	11	1	0	12	24
Mahlazine	4	0	0	5	9
Infulene	15	2	0	25	42
Boane	22	1	0	8	31
Moamba	91	16	3	14	124
Totais	249	31	19	84	383

Esta perspectiva da política é certamente uma razão importante para não se observarem diferenças tangíveis entre a origem militar e as preferências políticas actuais dos ex-combatentes entrevistados (Quadros 7 e 8), particularmente no caso dos ex-combatentes da Renamo. Alguns “transferiram-se” para a Frelimo, alegando que é preferível estar com o partido no poder de forma a se obterem mais benefícios ou devido a expectativas frustradas.

“Já fui membro da Renamo, mas agora não sou! Eles prometeram-me muitas coisas mas não cumpriram com a palavra.”

(Desmobilizado Constantino Lucas M., Polana-Caniço: 27 de Junho de 1996).

Outros afirmam ter deixado de acreditar nos partidos políticos. Todavia, a grande maioria de ex-combatentes da Renamo permaneceu fiel ao movimento quer devido a este “sentido de pertença” quer por acreditarem que serão sempre vistos pelos vizinhos como apoiantes da Renamo.

No caso dos antigos soldados do Governo, as diferenças entre os dois quadros são muito mais claras. Os 92,5 por cento da nossa amostra que lutaram no exército governamental vêem-se reduzidos a apenas 65 por cento no quadro das preferências políticas actuais. Certamente, a clara maioria permaneceu com a Frelimo, por opção

política ou devido ao “sentido de pertença” acima referido. Contudo, um número significativo alega ter deixado de acreditar em partidos políticos:

“Eu lutei pela Frelimo e era simpatizante da Frelimo, mas foi esse partido que me desgraçou e eu fiquei para aqui sem futuro. É por isso que agora não gosto da Frelimo nem de nenhum partido político. Não acredito em partidos políticos.”

(Desmobilizado João Carlos M., Polana-Caniço, 5 de Julho de 1996).

É este o caso na Polana-Caniço ou no Infulene, onde o número de “cépticos políticos” se torna mais importante que o dos apoiantes da Frelimo, na nossa amostra. É este, também, o caso do Bairro Militar, o núcleo dos apoiantes da Frelimo – os antigos combatentes da guerra da independência – onde o “sentido de pertença” à Frelimo parece ser dolorosamente substituído pelo cepticismo político.

Este mesmo desencanto surge quando a culpa dos problemas dos ex-combatentes é atribuída à Frelimo. Em alguns casos, raros embora, antigos membros da Frelimo, mais do que deixar de acreditar em partidos políticos transferiram-se para a Renamo.

Finalmente, também foram encontrados alguns casos de ex-combatentes que se transferiram para novos partidos políticos, surgidos no processo das eleições multipartidárias de 1994. Tal ocorreu sobretudo em bairros urbanos, particularmente no Alto Maé, mais facilmente ao alcance da propaganda de tais partidos durante a campanha eleitoral.

g) Como os ex-combatentes se vêem a si próprios: expectativas e vida quotidiana

Os ex-combatentes estão longe de constituir um grupo homogéneo, como temos vindo a observar. Uma primeira distinção respeita às diferentes origens de soldados do Governo e da Renamo. Mesmo que por vezes ambas as forças tenham beneficiado de recrutas voluntários que a elas aderiram por convicção política ou em busca de vantagens sociais e económicas, a esmagadora maioria foi incorporada à força. No caso do Governo e à medida que a guerra se intensificava, o recrutamento baseou-se em grande medida na incorporação forçada

nas ruas, perto das escolas ou nos campos agrícolas. No caso da Renamo, o rapto foi claramente a forma mais usual de recrutamento. Enquanto que a força da Renamo era talvez mais homogénea, formada sobretudo por camponeses, o contingente governamental era muito mais diversificado, formado por jovens muito diferentes em termos de origem urbana-rural ou de educação.

Este tipo de diferenciação também influenciou as expectativas dos ex-combatentes. No início da guerra as forças da Renamo não esperavam mais do que sobreviver, enquanto que as tropas do Governo tinham uma noção dos seus direitos e encaravam o serviço militar como algo de temporário nas suas vidas. Porém, à medida que a guerra se intensificou, estas duas atitudes básicas parece terem perdido contraste e começado a convergir. Os soldados governamentais sofriam os efeitos de uma logística ineficiente, uma guerra mais dura e maior incerteza quanto à desmobilização, enquanto que os guerrilheiros da Renamo ganharam confiança crescente devido ao alargamento das suas actividades militares. Em qualquer dos casos a experiência militar era aquela que se poderia esperar numa guerra extremamente violenta:

“Vi muitas coisas no mato quando estava na tropa. Aprendi muito. Mas não quero falar nisso, não quero chorar”.

(Desmobilizado Joel S., Moamba: 8 de Agosto de 1996).

Certamente que muitos soldados de ambos os lados consideraram que a guerra melhorou as suas vidas e abriu bastante os seus horizontes. No caso dos soldados governamentais, para além das deslocações por todo o país, muitos viajaram para a China, ex-União Soviética, Europa de Leste e, mesmo, Inglaterra, França e Portugal, para receberem formação. Por outro lado, referimos já que muitos camponeses aderiram à Renamo como meio de mudar radicalmente a sua vida, fugindo aos limites estreitos da vida na aldeia. No entanto, o fim da guerra foi saudado por todos.

Quando a guerra acabou, os dois contingentes queriam abandonar a vida militar e tinham grandes expectativas sobre o seu futuro. Os soldados governamentais viam finalmente a possibilidade de abandonar o exército e esperavam ser adequadamente recompensados pelos seus

esforços individuais, nomeadamente através de acesso a pensões e apoios na procura de emprego.⁴⁵

“Não acho que ser soldado seja uma boa coisa mas fiz o que me pediram para defender o meu país. Nós lutámos. Nem posso dizer que perdi muito em termos pessoais. A única perda é que a Frelimo já não nos vê como alguém. Assim é difícil nós sentirmo-nos homens. No final de contas, aquilo que eu perdi é que se eu não tivesse passado todo esse tempo na tropa se calhar agora eu era director de uma empresa. Quando estávamos no campo de desmobilização discutíamos uns com os outros, falávamos sobre o dia em que seríamos mandados para casa. Nessa altura eu ainda queria ser um director de empresa”.

(Desmobilizado Paulo E., Malanga: 3 de Junho de 1996).

Quanto aos combatentes da Renamo, o facto do acordo ter sido proclamado pelos seus dirigentes como uma clara vitória militar despertou neles expectativas de recompensa pelos seus esforços, nomeadamente no acesso a bolsas de estudo no estrangeiro e acesso às “coisas boas das cidades” (sobre as expectativas nos centros de acantonamento ver Borges Coelho e Vines 1995).

Quatro anos decorridos após a desmobilização, o tempo, as condições concretas de acesso a meios de vida e, em alguma medida, as marcas das suas experiências pessoais, diversificaram as expectativas e a forma como os ex-combatentes se vêem a si próprios, para além da simples distinção de terem “pertencido” ao Governo ou à Renamo. Em primeiro lugar, parece existir um relativamente generalizado ressentimento contra o Governo por este não ter assumido as suas responsabilidades na reintegração dos ex-combatentes. No caso daqueles que lutaram na guerra da independência, mais velhos e, conseqüentemente, com menos possibilidades de arranjar emprego, tal ressentimento é dirigido contra as “maquinações” do Estado que dividem ex-combatentes que estão

⁴⁵Muitos referiram que os veteranos da guerra da independência tinham beneficiado não só de apoios mas também de reconhecimento social e, portanto, esperavam conseguir o mesmo.

na mesma situação, recorrendo a critérios considerados menores, como seja o ano de desmobilização:

“Este é um país com uma história que ninguém percebe. Por exemplo, eu posso ter filhos e gostar mais daquele que acaba de nascer do que do antigo? Esquecendo que para poder ter o segundo filho foi preciso o trabalho do primeiro? O Estado esqueceu-se de nós, os antigos combatentes. Eu lutei na guerra da independência desde 1968. Mas o Estado limita-se a dizer que não tem dinheiro. Teve dinheiro para me trazer de Mueda, em Cabo Delgado, mas não tem dinheiro para me mandar de volta. E aqui ficamos como uma manada de bois que tentam de qualquer maneira sobreviver. Eu não quero dinheiro, quero que me devolvam as minhas terras. Quero ir para casa. E no final eles dizem que os soldados desmobilizados são marginais. Mas o que nós queremos é apenas sobreviver. Eles chamam ao nosso bairro Colômbia por causa do negócio das drogas. Mas esta é a única maneira que alguns de nós acharam para sobreviver sem roubar. Temos tido encontros com responsáveis para explicarmos as nossas dificuldades mas eles recolhem as informações e arrumam-nas no arquivo”.

(Desmobilizado Agostinho M., Bairro Militar: 21 de Maio de 1996).

Outros, desmobilizados no quadro da ONUMOSZ, censuram o Governo por ter feito promessas nos centros de acantonamento que depois foi incapaz de cumprir:

“A minha experiência militar foi boa. Mas infelizmente, hoje ninguém se interessa pela minha situação e o Governo esqueceu-se que eu no passado lutei pela sua causa. Quando estávamos nos centros de acantonamento eles disseram que seríamos apoiados por projectos e programas. Mas até agora ninguém me apoiou. Isso faz-me triste e revoltado. Faz-me pensar em muitas coisas más. É melhor eles terem cuidado!”

(Desmobilizado Aristides C., Moamba: 10 de Agosto de 1996).

Por vezes, o ressentimento deriva do facto dos conhecimentos adquiridos durante o serviço militar não terem sido adequadamente reconhecidos pelo sistema de reintegração:

“O meu sonho era encontrar emprego: Quero ajudar a minha família e visitar a minha mãe. A última vez que a vi foi há tanto tempo! Quanto ao

emprego, gostaria de trabalhar na policia. O Governo devia integrar a nossa companhia especial na policia. Estive em Cuba, treinei muito, aprendi a ser membro da 'policia civil'. Não como a nossa policia daqui, que se corrompe por dinheiro. Eu aprendi a ser um verdadeiro policia, a trabalhar sem compromissos. Aprendi a ser instrutor, a ensinar como se devem guiar as motos da policia”.

(Desmobilizado Idade Mamude I., Bairro Militar: 26 de Maio de 1996).

À medida em que o Governo foi perdendo protagonismo no complexo processo de transição e o papel da ONU se tornou cada vez mais importante, os ex-combatentes viraram os olhos para a ONUMOZ, a comunidade doadora e as ONGs, como entidades que mais garantias davam de apoiar a sua reintegração. Todavia, as dificuldades encontradas em aceder aos programas de reintegração foram também causa de grande ressentimento:

“Arrependo-me bastante por ter gasto tempo e o meu pobre dinheiro a tratar papéis e movimentar documentos de graça para me candidatar aos programas de reintegração. No final eles acabam sempre por adiar as coisas ou dizem que nós somos muitos, que não há recursos que cheguem para nós todos. Porque é que eles não começam por alguns? Já há sinais de fúria. A nossa revolta há-se acabar por virar-se contra o Governo e contra o próprio Presidente da República”.

(Desmobilizado Hermínio S., Bairro Militar: 4 de Julho de 1996).

A opinião contra os doadores e particularmente contra as ONGs que implementaram projectos de reintegração com dinheiro dos doadores é generalizada, em grande medida porque a pesquisa de campo para este estudo coincidiu com a ruptura do projecto Kulima e os consequentes levantamentos de soldados desmobilizados em alguns bairros.

Finalmente, encontraram-se casos, embora mais raros, para quem o peso da experiência de guerra impede o estabelecimento de uma forma de vida. Casos necessitando de atenção especial:

“O meu nome é Cajango K., sou de Nampula e tenho 27 anos de idade. Fui recrutado pela Renamo no Niassa, em 1983. Levaram-me para a Maganja da Costa [Zambézia] para treinar. Lutei no Niassa, Tete, Manica, Sofala e Inhambane. Finalmente, operei na Moamba. A minha experiência foi

péssima. Arrependo-me de todos os pecados que cometi contra o meu próprio povo e que me fazem ter vergonha de me apresentar à minha própria família. Nunca mais a verei. A minha família está longe e desde 1983, quando entrei para a Renamo, que nada sei sobre eles. Em parte não foi minha culpa: obrigaram-me a lutar e a matar e eu acabei habituando-me. Hoje eu não posso viver na cidade. A cidade não dá para uma pessoa como eu, habituada a matar. Tenho muitos problemas e preciso de muitas coisas. Preciso de comida, de roupa para usar. O lugar onde durmo é uma espécie de curral. Mas prefiro viver aqui porque não quero fazer mais estragos. Não tenho família nem filhos. Fui esquecido por todos e também quero estar sózinho e esquecer tudo”.

(Desmobilizado Cajango K., Moamba: 7 de Agosto de 1996).

Mas as dificuldades na construção da nova vida tornaram-se mais fortes que as distinções originais, “aproximando” assim os ex-combatentes do Governo e da Renamo. Em Ngungwe, antiga base da Renamo no norte do distrito da Moamba, foi possível entrevistar 19 ex-combatentes do Governo e 13 da Renamo, vivendo todos em conjunto e aparente harmonia. Tal coesão parece também existir na AMODEG, a principal organização de ex-combatentes, onde a identidade de antigos combatentes prevaleceu sobre o facto de se ter pertencido ao Governo ou à Renamo.

Todavia, só 22 por cento dos entrevistados afirmaram ser membros da AMODEG, o que é bastante mais baixo do que seria de esperar, considerando o protagonismo dessa organização no processo de desmobilização. As razões que explicam esta situação são várias: alguns ex-combatentes incluíram a organização no grupo de instituições e ONGs que supostamente deviam ajudá-los a reintegrar-se e falharam, ficando assim merecedoras do seu ressentimento; outros, estabelecidos já relativamente bem, não sentem necessidade nem têm tempo a perder com a participação na organização de ex-combatentes. A Ademimo, organização dos ex-combatentes deficientes, tem um perfil ainda mais modesto e apenas parece estar presente na cidade.

7. Conclusão

No início deste texto recusámos uma definição de reintegração social dos ex-combatentes baseada na tentativa de resolução dos seus problemas fora do contexto das comunidades a que eles escolheram pertencer. A verdadeira reintegração ocorre quando se chega a uma situação em que os problemas dos ex-combatentes e os problemas das comunidades onde eles se inserem são o mais idênticos possível.

Certamente que os ex-combatentes reclamavam uma atenção especial, particularmente no período que se seguiu à desmobilização, uma altura em que resolver as suas necessidades básicas e imediatas constituía um importante passo para impedir que interferissem na complexa, frágil e incerta transição democrática.

Em grande medida, e por causa da sua própria natureza, os projectos de reintegração dos ex-combatentes tinham que assumir uma “perspectiva dirigida”: afinal, eles foram estabelecidos para tratar da reintegração dos ex-combatentes e não para resolver os problemas da população moçambicana em geral. Contudo, chegou-se a uma fase na qual é preciso questionar os programas de reintegração virados exclusivamente para a resolução dos problemas dos ex-combatentes sem ter em conta as suas comunidades. Tais programas servem agora apenas o objectivo perverso e contraproducente de reforçar a identidade dos ex-combatentes enquanto tais, contrariando em última instância os seus objectivos de longo-prazo, que apontam para o reforço da reintegração.

Por esta razão, o presente estudo baseou-se num método comparativo que visou contrastar os agregados de ex-combatentes com outros agregados das mesmas comunidades, assim como com agregados de ex-combatentes de outras comunidades, como meio de avaliar a sua reintegração social.

Segundo os próprios soldados desmobilizados, reintegração significa, acima de tudo, criação das condições de vida básicas. Pensamos ter mostrado que a luta pela criação de tais condições resulta dos esforços não dos ex-combatentes individuais mas dos seus agregados como unidades. Além disso, no interior do agregado é particularmente importante o papel desempenhado pelas mulheres dos ex-combatentes que complementam os orçamentos familiares, numa

dinâmica que não é diferente da dos outros agregados das mesmas comunidades.

Encontrámos importantes distinções entre os agregados de ex-combatentes segundo os diferentes locais onde se estabeleceram. Tais diferenças resultam da “adaptação” a esses locais e portanto, de alguma forma, são um indicador positivo de reintegração. Nas zonas urbanas os ex-combatentes procuram um emprego formal como meio de conseguir estabilidade e estatuto social. Ao mesmo tempo, as suas mulheres procuram complementar o rendimento familiar sobretudo através das vendas nos mercados informais. Fora da cidade, os ex-combatentes mostram-se mais inclinados a desenvolver actividades por conta própria, trocando o trabalho assalariado (muito mais difícil de achar no campo) pela pesca, criação de gado ou agricultura. As suas esposas, embora mantendo um importante envolvimento no pequeno comércio, também passam a praticar mais a agricultura, que se torna ocupação principal. Em termos gerais, os agregados de ex-combatentes no campo parecem mais estáveis, mais diversificados em termos de ocupação e com mais possibilidades de melhorar as suas condições. Na cidade, onde a terra disponível é mais escassa e a oferta de emprego permanece limitada, as condições de vida dos gregados de ex-combatentes são mais difíceis. Neste ambiente, a competição entre agregados com e sem ex-combatentes é também maior, encontrando-se os primeiros em situação algo desfavorável porque “chegaram mais tarde” e, portanto, são candidatos mais novos às ofertas do mercado.

O quadro geral é de grande diversidade na situação dos agregados. Na cidade e no campo, há agregados já relativamente estáveis, enquanto que outros parecem enfrentar grandes dificuldades – mas esta é também a situação dos agregados sem ex-combatentes.

Nestes anos que se seguiram à desmobilização observam-se duas evoluções importantes. A primeira é que por detrás do discurso dos ex-combatentes (ainda ocasionalmente negativo, na base de expectativas frustradas) se nota um esforço genuíno para a auto-reintegração, que corresponde proporcionalmente a uma menor atenção prestada ao apoio que possa vir de actores externos. Cada vez mais os ex-combatentes se preocupam não em bater às portas ou em preencher novos formulários para se candidatarem a algum tipo de apoio, mas com a luta diária pela melhoria da sua vida. Uma segunda

evolução importante é que, mais do que geograficamente dispersos, os ex-combatentes estão agora “ocupacionalmente” dispersos: o reforço das suas opções individuais corresponde ao enfraquecimento do seu sentido de pertença a um grupo identitário distinto.

8. Bibliografia

- Adam, Yussuf, 1996: “Evaluation of the Norwegian Assistance to Peace, Reconciliation and Reconstruction in Mozambique, 1990-1995. The Grassroots Perspective”. Maputo: Centro de Estudos da População/Universidade Eduardo Mondlane. (Novembro).
- Alden, Chris, 1996: “The UN's experience of demobilization, disarmament, and reintegration in Southern Africa” (texto de seminário). Johannesburg: University of Witwatersrand/Institute for Advanced Social Research.
- Arnaldo, Carlos, 1996: “Comércio informal e ocupação da força de trabalho no bairro da Malanga”, Maputo: UEM/FL/Departamento de Geografia. [Dissertação de Licenciatura em Geografia].
- Ball, Nicole, 1997: “Demobilizing and Reintegrating Soldiers: Lessons from Africa”, in Krishna Kumar (ed), *Rebuilding Societies After Civil War: Critical Roles for International Assistance*, Londres: Lynne Rienner Publishers.
- Berdal, Mats R., 1993: “Whither UN Peacekeeping?”, *Adelphi Paper 281*, Londres: IISS, Outubro.
- Borges Coelho, João Paulo, e Alex Vines, 1995: Pilot study on demobilization and re-integration of ex-combatants in Mozambique, Oxford: Refugee Studies Programme/Queen Elizabeth House – Universidade de Oxford.
- Christie, Frances Michele, 1996: “Urban agriculture in Maputo”, Johannesburg: University of Witwatersrand. [Tese de Master of Arts].
- Clark, Kimberley Mahling, 1996: “Mozambique's transition from war to peace: USAID's lessons learned”, Washington: USAID/Africa Bureau Information Center-Research and Reference Services.
- Cock, Jacklyn (s/d): “The social integration of demobilized soldiers in contemporary South Africa”, Johannesburg: University of Witwatersrand (mimeo).
- Enzensberger, Hans Magnus, 1998: *Perspectivas da Guerra Civil*, Lisboa: Relógio d'Água.

- Geffray, Christian & Mögens Pederson, 1986: “Sobre a guerra na província de Nampula. Elementos de análise e hipóteses sobre as determinações e consequências sócio-económicas locais”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4/5.
- GTZ, 1996: “Estratégia para Reintegração em Moçambique: Fundo Aberto da Reintegração”. Maputo: GTZ (mimeo).
- Hilário, Lolita Ivone, 1996: “Monografia do distrito de Boane”, Maputo: UEM/FL/Departamento de Geografia. [Dissertação de Licenciatura em Geografia].
- Instituto Nacional de Estatística, 1998: “II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997”, Maputo: INE/Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais.
- IOM, 1995: “IRS/PF Programme Progress Report (for the period 15 November, 1994 – 31 July, 1995”. Maputo: International Organization for Migration/Mozambique. Setembro.
- Kingma, Kees, 1996: “The Role of Demobilization in the Peace and Development Process in Sub-Saharan Africa”. Comunicação apresentada no International Methodology Workshop for the project 'Disarming ethnic guerrillas, power sharing and transition to sustainable peace and democracy in Africa'. Oslo: International Peace Research Institute (PRIO), 17-18 Fevereiro.
- OIM, 1996: “Um ano depois: qual é o estado da reintegração em Moçambique?”, Maputo: OIM. Maio.
- Pardoel, Ton, 1996: “Demobilization in Mozambique: Socio-economic profile of the group of 92,881 demobilized soldiers as per the end of the demobilization program on 30/11/1994”, Maputo: UNDP/RSS. [Dezembro].
- UNDP/RSS, 1996: “Preliminary results of the quantitative analysis of the data obtained during interviews with some 1,000 demobilized soldiers”, Maputo: UNDP/RSS. Maio.
- United Nations, 1992: “An agenda for peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping”. Report of the Secretary General, United Nations GA and SC, A/47/277, S/24111, June 17, 1992. UN website: www.un.org/Docs/SG/agpeace.html

United Nations, 1995a: "Supplement to an agenda for peace: position paper of the secretary general on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations." 3 de Janeiro. UN website: www.un.org/Docs/SG/agsupp.html

United Nations, 1995b: *The United Nations and Mozambique, 1992-1995*. New York: United Nations Department of Public Information.

World Bank, 1995a: "Aide Mémoire. Mozambique: Socio-economic reintegration of ex-combatants". Washington: The World Bank, Fevereiro.

World Bank, 1995b: "Aide Mémoire. Mozambique: Provincial reintegration support program". Washington: The World Bank, Junho.

World Bank, 1996: "Aide Mémoire. Mozambique: Provincial reintegration support program". Washington: The World Bank, Junho.